



Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e três minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 195/2022 – Proposta n.º 30A/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejo da Quinta do Mocho, Gâmbia, Pontes e Alto-da-Guerra, Setúbal**
 - 2. Deliberação n.º 196/2022 – Proposta n.º 48/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Picheleiros, União das Freguesias de Azeitão, Azeitão**
 - 3. Deliberação n.º 197/2022 – Proposta n.º 49/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Picheleiros, União das Freguesias de Azeitão**
 - 4. Deliberação n.º 198/2022 – Proposta n.º 126/2022 – DAF – Fundos de maneo**
 - 5. Deliberação n.º 199/2022 – Proposta n.º 127/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Prestação de serviços para a realização de Programa de Educação pelas Ciências Experimentais dirigido a educadores de infância e crianças da educação pré-escolar e a professores e alunos do 3.º e 4.º ano do 1.º ciclo do ensino básico das escolas públicas do concelho, no âmbito da candidatura ao Programa Municipal de Educação pela Arte e pelas Ciências Experimentais – Setúbal, Um Mundo de Desafios – 2.ª fase – Adicional ao contrato (Concurso Público n.º 16/2019/DAF/DICOMP/SECOMP)**

6. **Deliberação n.º 200/2022 – Proposta n.º 128/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 02/2022/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para o fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º ciclo da rede pública do concelho, para o ano letivo 2022/2023 e 2023/2024**
7. **Deliberação n.º 201/2022 – Proposta n.º 129/2022 - DAF/DICONT/SERGEP - Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Academia Futsal Estrelas de Setúbal – Associação**
8. **Deliberação n.º 202/2022 – Proposta n.º 130/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Augusto dos Santos, Lote 11 - 1.º dt.º, em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 203/2022 – Proposta n.º 131/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 16 – 2.º dt.º, em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 204/2022 – Proposta n.º 132/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Serra da Arrábida, n.º 68, em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 205/2022 – Proposta n.º 133/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lázaro Losano, n.º 1 – 1.º dt.º, em Setúbal**
12. **Deliberação n.º 206/2022 – Proposta n.º 134/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 7 – 3.º G, em Setúbal**
13. **Deliberação n.º 207/2022 – Proposta n.º 135/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 7 – 3.º H, em Setúbal**
14. **Deliberação n.º 208/2022 – Proposta n.º 136/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Cerâmica, n.º 1 – 3.º D, em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 209/2022 – Proposta n.º 137/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Padre Américo, n.º 1 – 7.º dt.º, em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 210/2022 – Proposta n.º 138/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Brejos de Capitão, n.ºs 4 e 4A, em Azeitão**
17. **Deliberação n.º 211/2022 – Proposta n.º 139/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.ºs 20, 20A e 20B, em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 212/2022 – Proposta n.º 140/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Marrocos, n.º 9, em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 213/2022 – Proposta n.º 141/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Carcavelas e Nabais - Lagos, Lote 24, em Azeitão**
20. **Deliberação n.º 214/2022 – Proposta n.º 142/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares, n.º 44 - CV G20, em Setúbal**
21. **Deliberação n.º 215/2022 – Proposta n.º 143/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Nuno Álvares, n.º 44 – CV G22, em Setúbal**
22. **Deliberação n.º 216/2022 – Proposta n.º 144/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Choupal, n.º 8, em Azeitão**

23. **Deliberação n.º 217/2022 – Proposta n.º 145/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Escola Brejos Clérigos, n.º 250, em Azeitão**
24. **Deliberação n.º 218/2022 – Proposta n.º 146/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 23 – 4.º Dt.º, em Setúbal**
25. **Deliberação n.º 219/2022 – Proposta n.º 147/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de S. Jorge, n.º 8 – 1.º Esq., em Setúbal**
26. **Deliberação n.º 220/2022 – Proposta n.º 148/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Hermenegildo Capelo, n.º 2 - R/C Esq., em Setúbal**
27. **Deliberação n.º 221/2022 – Proposta n.º 149/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casas de Azeitão - Núcleo Poente 1 - Rua dos Amores, Lote 4C - R/C Esq., em Azeitão**
28. **Deliberação n.º 222/2022 – Proposta n.º 150/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 28 – 2.º Dt.º, em Setúbal**
29. **Deliberação n.º 223/2022 – Proposta n.º 151/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ocidental do Mercado, n.º 51 – 1.º Dt.º, em Setúbal**
30. **Deliberação n.º 224/2022 – Proposta n.º 152/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Celestino Alves, n.º 2 – 4.º, em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 225/2022 – Proposta n.º 153/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Maria Jales, n.º 2 – 2.º Dt.º, em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 226/2022 – Proposta n.º 154/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Constantino, Lote 82 – 5.º Esq., em Setúbal**
33. **Deliberação n.º 227/2022 – Proposta n.º 155/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Maria Afonso Lopes, n.ºs 1, 1A e 1B, em Setúbal**
34. **Deliberação n.º 228/2022 – Proposta n.º 156/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. São Francisco Xavier, Lote 4, em Setúbal**
35. **Deliberação n.º 229/2022 – Proposta n.º 157/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. São Francisco Xavier, Lote 4 - 2.º L, em Setúbal**
36. **Deliberação n.º 230/2022 – Proposta n.º 158/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro do Peixe Frito, Lote 38, em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 231/2022 – Proposta n.º 159/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Maria Eusébio, n.ºs 79, 81 e 83, R/C, em Setúbal**
38. **Deliberação n.º 232/2022 – Proposta n.º 160/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Maria Eusébio, n.ºs 79, 81 e 83 – 1.º, em Setúbal**
39. **Deliberação n.º 233/2022 – Proposta n.º 161/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Alegria, n.ºs 27/29, em Setúbal**

40. **Deliberação n.º 234/2022 – Proposta n.º 162/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 141 – 1.º Esq., em Setúbal**
41. **Deliberação n.º 235/2022 – Proposta n.º 163/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Lourenço Dinis, n.ºs 14 e 16, em Azeitão**
42. **Deliberação n.º 236/2022 – Proposta n.º 164/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 9 – 2.º D, em Setúbal**
43. **Deliberação n.º 237/2022 – Proposta n.º 165/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheiros, Serralheira, Lote 291, em Setúbal**
44. **Deliberação n.º 238/2022 – Proposta n.º 166/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Evaristo Sousa Gago, Lote 12 – 1.º Drt., em Setúbal**
45. **Deliberação n.º 239/2022 – Proposta n.º 167/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Gaz, n.º 6, em Setúbal**
46. **Deliberação n.º 240/2022 – Proposta n.º 168/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Nuno Álvares, n.º 25 – 2.º Drt., em Setúbal**
47. **Deliberação n.º 241/2022 – Proposta n.º 169/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto, n.º 17 - R/C Esq., em Setúbal**
48. **Deliberação n.º 242/2022 – Proposta n.º 170/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Constantino, Lote 82 – 5.º Esq., em Setúbal**
49. **Deliberação n.º 243/2022 – Proposta n.º 171/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Afonso Paiva, n.º 3 – 9.º Drt., em Setúbal**
50. **Deliberação n.º 244/2022 – Proposta n.º 172/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Alexandre Herculano, n.º 14, 6.º Esq., em Setúbal**
51. **Deliberação n.º 245/2022 – Proposta n.º 173/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Gaivotas, n.º 29, 1.º Esq., em Setúbal**
52. **Deliberação n.º 246/2022 – Proposta n.º 174/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua na Travessa da Bombarralha, n.º 8, R/C, em Setúbal**
53. **Deliberação n.º 247/2022 – Proposta n.º 175/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Bombarralha, n.º 8, em Setúbal**
54. **Deliberação n.º 248/2022 – Proposta n.º 176/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vasco da Gama, n.ºs 72-74-76, em Setúbal**
55. **Deliberação n.º 249/2022 – Proposta n.º 177/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Meia Laranja, n.º 10 – 3.º Esq., em Setúbal**
56. **Deliberação n.º 250/2022 – Proposta n.º 178/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A, 4.º A, em Setúbal**
57. **Deliberação n.º 251/2022 – Proposta n.º 179/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 5.º A, em Setúbal**

58. **Deliberação n.º 252/2022 – Proposta n.º 180/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 1.º A, em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 253/2022 – Proposta n.º 181/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Combatentes da Grande Guerra, n.º 13 – 2.º Esq., em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 254/2022 – Proposta n.º 182/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Cabo Verde, n.º 27A, 5.º C, em Setúbal**
61. **Deliberação n.º 255/2022 – Proposta n.º 183/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Cabo Verde, n.º 27A, 4.º C, em Setúbal**
62. **Deliberação n.º 256/2022 – Proposta n.º 184/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 – 4.º B, em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 257/2022 – Proposta n.º 185/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Brasileira, n.ºs 65 e 67, 1.º, em Setúbal**
64. **Deliberação n.º 258/2022 – Proposta n.º 186/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 2.º B, em Setúbal**
65. **Deliberação n.º 259/2022 – Proposta n.º 187/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 4.º A, em Setúbal**
66. **Deliberação n.º 260/2022 – Proposta n.º 188/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 3.º A, em Setúbal**
67. **Deliberação n.º 261/2022 – Proposta n.º 189/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 5.º C, em Setúbal**
68. **Deliberação n.º 262/2022 – Proposta n.º 190/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 4.º C, em Setúbal**
69. **Deliberação n.º 263/2022 – Proposta n.º 191/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Eça de Queiroz, n.º 51 – 1.º Drt., em Setúbal**
70. **Deliberação n.º 264/2022 – Proposta n.º 192/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, n.º 9 - R/C Esq., em Setúbal**
71. **Deliberação n.º 265/2022 – Proposta n.º 193/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.ºs 62 e 64 – 2.º Frente, em Setúbal**
72. **Deliberação n.º 266/2022 – Proposta n.º 194/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Amparo, n.º 16, 2.º D, em Setúbal**
73. **Deliberação n.º 267/2022 – Proposta n.º 195/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, Lote 10, 2.º C, em Setúbal**
74. **Deliberação n.º 268/2022 – Proposta n.º 196/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 - R/C D, em Setúbal**

75. **Deliberação n.º 269/2022 – Proposta n.º 197/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Águias, n.º 1 – 1.º Dto., em Setúbal**
76. **Deliberação n.º 270/2022 – Proposta n.º 198/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 13 - R/C Letra C, em Setúbal**
77. **Deliberação n.º 271/2022 – Proposta n.º 199/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Sebastião da Gama, n.º 12, em Setúbal**
78. **Deliberação n.º 272/2022 – Proposta n.º 200/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Professor Francisco Gentil, n.º 6 – 3.º Dto., em Setúbal**
79. **Deliberação n.º 273/2022 – Proposta n.º 201/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale do Grou, n.º 25, em Setúbal**
80. **Deliberação n.º 274/2022 – Proposta n.º 202/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale do Grou, em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 275/2022 – Proposta n.º 203/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.ºs 13, 13A e 13B, em Setúbal**
82. **Deliberação n.º 276/2022 – Proposta n.º 204/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Moinho, n.º 6 – 3.º C, em Setúbal**
83. **Deliberação n.º 277/2022 – Proposta n.º 205/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gregório Lopes, n.º 19, 3.º Esq., em Setúbal**
84. **Deliberação n.º 278/2022 – Proposta n.º 206/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.º 4, 1.º, em Setúbal**
85. **Deliberação n.º 279/2022 – Proposta n.º 208/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tristão da Cunha, n.º 5, Oleiros, em Azeitão**
86. **Deliberação n.º 280/2022 – Proposta n.º 209/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36, 6.º A, em Setúbal**
87. **Deliberação n.º 281/2022 – Proposta n.º 210/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36A, 1.º C, em Setúbal**
88. **Deliberação n.º 282/2022 – Proposta n.º 211/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36A, 3.º C, em Setúbal**
89. **Deliberação n.º 283/2022 – Proposta n.º 212/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Francisco António Pinhão, n.º 8, em Setúbal**
90. **Deliberação n.º 284/2022 – Proposta n.º 213/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.º 85 – 6.º E, em Setúbal**
91. **Deliberação n.º 285/2022 – Proposta n.º 214/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 7 – 1.º Esq., em Setúbal**

92. **Deliberação n.º 286/2022 – Proposta n.º 215/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Major Pedroso Gamito, n.º 31, em Setúbal**
93. **Deliberação n.º 287/2022 – Proposta n.º 216/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Castelo São Filipe, n.º 7 – 2.º Esq., em Setúbal**
94. **Deliberação n.º 288/2022 – Proposta n.º 217/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 176, em Setúbal**
95. **Deliberação n.º 289/2022 – Proposta n.º 218/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 24, 6.º Esq., em Setúbal**
96. **Deliberação n.º 290/2022 – Proposta n.º 219/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Álvaro Luz, n.ºs 13 e 15 - R/C, em Setúbal**
97. **Deliberação n.º 291/2022 – Proposta n.º 220/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 158, em Setúbal**
98. **Deliberação n.º 292/2022 – Proposta n.º 221/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal do Conde - Vale da Rasca, em Setúbal**
99. **Deliberação n.º 293/2022 – Proposta n.º 222/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Constantino, n.º 73 – 5.º Esq., em Setúbal.**
100. **Deliberação n.º 294/2022 – Proposta n.º 223/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 26 - R/C Dt., em Setúbal**
101. **Deliberação n.º 295/2022 – Proposta n.º 224/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pessegueiros, n.º 208, 1.º Dt. – Quinta da Amizade, em Setúbal**
102. **Deliberação n.º 296/2022 – Proposta n.º 225/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta D. Inês, Rua Gregório de Freitas, n.º 20, em Setúbal**
103. **Deliberação n.º 297/2022 – Proposta n.º 226/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Ana de Castro Osório, n.º 32, em Setúbal**
104. **Deliberação n.º 298/2022 – Proposta n.º 227/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Laranjeiras, Lote 67, R/C Frente, em Setúbal**
105. **Deliberação n.º 299/2022 – Proposta n.º 228/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Morgada, n.º 119 - Faralhão, em Setúbal**
106. **Deliberação n.º 300/2022 – Proposta n.º 229/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Constantino, Lote 73, Bairro Afonso Costa, em Setúbal**
107. **Deliberação n.º 301/2022 – Proposta n.º 230/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Oliveira Martins, n.º 15, 5.º Frente, em Setúbal**
108. **Deliberação n.º 302/2022 – Proposta n.º 231/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Alexandre Herculano, n.ºs 28, 28A, 30, 30A, 32, 32A e 34, em Setúbal**
109. **Deliberação n.º 303/2022 – Proposta n.º 232/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tristão da Cunha, n.º 2, em Azeitão**

110. **Deliberação n.º 304/2022 – Proposta n.º 233/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Afonso Paiva, n.º 7, em Setúbal**
111. **Deliberação n.º 305/2022 – Proposta n.º 234/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pessegueiros, Lote 200, R/C B, em Setúbal**
112. **Deliberação n.º 306/2022 – Proposta n.º 235/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça do Brasil, n.º 23, 4.º Esq., em Setúbal**
113. **Deliberação n.º 307/2022 – Proposta n.º 236/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dom Paio Peres Correia, n.º 9, 3.º Dt., em Setúbal**
114. **Deliberação n.º 308/2022 – Proposta n.º 237/2022 - DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público para a prestação de serviços de segurança e vigilância privada no Moinho de Maré da Mourisca, no Forte de São Filipe e no Ecomarque do Outão, pelo período de 12 meses**
115. **Deliberação n.º 309/2022 – Proposta n.º 238/2022 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
116. **Deliberação n.º 310/2022 – Proposta n.º 245/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Auditoria Externa e Revisão Legal das Contas para o ano de 2021**
117. **Deliberação n.º 311/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DOM – Empreitada “AD 75/16 - Requalificação do Parque Escolar – 2.ª Fase” - Libertação da Garantia.**
118. **Deliberação n.º 312/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DOM – Empreitada “AD 50/09 - Pré-Escolar da Escola Básica do 1.º Ciclo – Gâmbia” – Auto de Receção Definitiva – Homologação**
119. **Deliberação n.º 313/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DOM – Empreitada CP 40/16 - Obras de prevenção de cheias - Regularização do troço final da ribeira do livramento - Libertação da garantia**
120. **Deliberação n.º 314/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DOM/GAGIAS – Atualização para o ano 2022 do Tarifário de Venda de Água, Saneamento e Outros Serviços e Revisão de Listagem de Preços Unitários para a Execução de Obras e Ramais – Ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara**
121. **Deliberação n.º 315/2022 – Proposta n.º 86A/2021 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de construção de edifícios destinados a habitação, comércio e serviços bem como áreas exteriores de usufruto comum, designadamente: piscina lago e parque infantil - Processo n.º 9/21**
122. **Deliberação n.º 316/2022 – Proposta n.º 47/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 934/21**
123. **Deliberação n.º 317/2022 – Proposta n.º 48/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 7/22**
124. **Deliberação n.º 318/2022 – Proposta n.º 49/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura: legalização e obras de alteração exterior - Processo n.º 408/21**
125. **Deliberação n.º 319/2022 – Proposta n.º 50/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de ampliação de moradia - Processo n.º 504/21**
126. **Deliberação n.º 320/2022 – Proposta n.º 51/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 34/21**



127. **Deliberação n.º 321/2022 – Proposta n.º 52/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, estacionamento e muro de vedação - Processo n.º 407/20**
128. **Deliberação n.º 322/2022 – Proposta n.º 53/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar - Processo n.º 300/21**
129. **Deliberação n.º 323/2022 – Proposta n.º 54/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura, para a alteração da uma fração de um edifício multifamiliar - Processo n.º 301/19**
130. **Deliberação n.º 324/2022 – Proposta n.º 55/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 65.º do RJUE - Processo n.º 3/96**
131. **Deliberação n.º 325/2022 – Proposta n.º 56/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção de moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação confinantes com a via pública - Processo n.º 389/21**
132. **Deliberação n.º 326/2022 – Proposta n.º 57/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de piscina - Processo n.º 248/21**
133. **Deliberação n.º 327/2022 – Proposta n.º 58/2022 – DURB/DIGU – Informação prévia desfavorável relativa à construção de um conjunto de edifícios destinados a habitação e comércio - Processo n.º 35/21**
134. **Deliberação n.º 328/2022 – Proposta n.º 59/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio - Processo n.º 211/87**
135. **Deliberação n.º 329/2022 – Proposta n.º 60/2022 – DURB/DIGU – Informação prévia desfavorável relativa a um empreendimento turístico - Processo n.º 45/21**
136. **Deliberação n.º 330/2022 – Proposta n.º 61/2022 – DURB/DIGU – Deferimento de licença para legalização de duas moradias, alpendres e anexos - Processo n.º 72/20**
137. **Deliberação n.º 331/2022 – Proposta n.º 62/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção para moradia unifamiliar e piscina - Processo n.º 272/21**
138. **Deliberação n.º 332/2022 – Proposta n.º 63/2022 – DURB/DIGU – Deferimento de licença para legalização de piscina, afeta a habitação - Processo n.º 282/21**
139. **Deliberação n.º 333/2022 – Proposta n.º 64/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura: legalização de operações urbanísticas e obras de alteração - Processo n.º 349/20**
140. **Deliberação n.º 334/2022 – Proposta n.º 65/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração/ampliação - Processo n.º 264/19**
141. **Deliberação n.º 335/2022 – Proposta n.º 66/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura – Obras de alteração de edifício - Processo n.º 290/21**
142. **Deliberação n.º 336/2022 – Proposta n.º 67/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação, alteração e ampliação de edifício de uso misto - Processo n.º 163/21**
143. **Deliberação n.º 337/2022 – Proposta n.º 68/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 189/21**
144. **Deliberação n.º 338/2022 – Proposta n.º 69/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria realizado ao abrigo do art.º 90.º do RJUE - Processo n.º 38/21**
145. **Deliberação n.º 339/2022 – Proposta n.º 70/2022 – DURB/GAPRU – Pedido de informação prévia sobre viabilidade de ampliação de cêrcea - Processo n.º 23/21**

- 146. Deliberação n.º 340/2022 – Proposta n.º 71/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Legalização de alterações e alterações a efetuar e concessão de licença de construção - Processo n.º 32/18**
- 147. Deliberação n.º 341/2022 – Proposta n.º 72/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º 387/19**
- 148. Deliberação n.º 342/2022 – Proposta n.º 73/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 341/21**
- 149. Deliberação n.º 343/2022 – Proposta n.º 74/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações executadas no decorrer de obra licenciada - Processo n.º 827/99**
- 150. Deliberação n.º 344/2022 – Proposta n.º 75/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução e alteração do edifício habitacional - Processo n.º 115/21**
- 151. Deliberação n.º 345/2022 – Proposta n.º 76/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – legalização de alterações em edifício de habitação plurifamiliar e concessão de licença - Processo n.º 529/21**
- 152. Deliberação n.º 346/2022 – Proposta n.º 77/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 273/17**
- 153. Deliberação n.º 347/2022 – Proposta n.º 78/2022 – DURB/DIMOT – Conversão a sentido único, da via sem nome de acesso às garagens da Praceta da Meia Laranja**
- 154. Deliberação n.º 348/2022 – Proposta n.º 79/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de contrato de urbanização - Processo n.º 428/19**
- C) Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 4.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, na Câmara Municipal de Setúbal, saudavam todos os trabalhadores da autarquia e Juntas de Freguesia, Forças de Segurança e membros das mesas de voto, que tinham contribuído de forma decisiva para que o ato eleitoral tivesse decorrido com normalidade no Concelho de Setúbal.

Uma vez mais e na pendência de restrições impostas pelo combate a um inimigo invisível, que estavam prestes a derrotar, tinha sido possível aos setubalenses exercerem o seu direito de voto em segurança e sem constrangimentos.

Chamados a decidir o futuro do país, no meio de uma pandemia e a braços com uma indesejada, e incompreensível, crise política, os portugueses tinham expressado de forma clara e inequívoca, o seu sentido de voto.

O Partido Socialista, tinha vencido as eleições, com maioria absoluta, e pelo círculo eleitoral de Setúbal, tinha elegido 10 dos 18 deputados.

Se dúvidas tinham existido os portugueses tinham esclarecido. Com a maioria absoluta, os portugueses tinham afirmado ser a hora de continuar no caminho certo, sobre a liderança de António Costa. Um caminho certo rumo ao futuro, e sem dar um passo atrás, nas conquistas alcançadas. Como tinha afirmado, em bom português, o Secretário-Geral do Partido Socialista e Primeiro-Ministro António Costa, maioria absoluta não significava Poder Absoluto. Aquele era o tempo de continuar a agir em diálogo, e na busca dos necessários e desejados consensos que os fizessem avançar. Assim, todos soubessem interpretar os resultados eleitorais. Assim, noutros fóruns, outros que embora sem maioria, teimavam em manter velhos hábitos de maiorias que já não voltavam, conseguissem, presentemente, fazer esforços de verdadeira negociação e diálogo na procura de entendimentos e soluções que colocassem as opções certas na ação política. Opções certas, que sob a liderança de António Costa, e de uma estabilidade preconizada pela maioria do Partido Socialista, resultariam, naquele momento, na aprovação na generalidade, do Orçamento de Estado para 2022. Um orçamento progressista, que poderia ser densificado em sede de especialidade, mas que por certo devolveria rendimento disponível às famílias. Um orçamento que previa a redução dos escalões de IRS, apoio aos jovens e classe média, aumento extraordinário de pensões, investimento sem precedentes no Serviço Nacional de Saúde, na escola pública e gratuidade das creches.

Orçamento aprovado e estabilidade política, que permitiriam continuar a avançar no caminho certo. Um caminho que passava pela concretização de uma agenda para o trabalho digno, no aumento do salário mínimo e, do salário médio, no incentivo ao emprego jovem e, na regulação das novas formas de trabalho, mas também na densificação do combate à precariedade laboral. Combate à precariedade laboral que para o Partido Socialista não era apenas uma bandeira que se agitava em protestos e manifestações. Bandeira que se efetivava na ação política e que se tinha consubstanciado, por exemplo, na integração de milhares de vínculos precários na administração pública, ou nas alterações à legislação laboral em matéria de contratos a termo certo e incerto.

Estabilidade política que permitiria agarrar os enormes desafios que se avizinhavam. A concretização do plano de recuperação e resiliência, nomeadamente, e para o Concelho de Setúbal, na requalificação do parque escolar, na construção de habitação digna e para todos com o 1.º Direito, dando assim resposta a duas décadas de inação, e na empreitada da Escola Superior de Saúde, no Instituto Politécnico de Setúbal.

Estabilidade política que levaria à concretização da maior descentralização de competências da administração central, na administração local, em áreas como a educação, a saúde e a ação social.

Estabilidade que não colocaria em causa, nem faria parar a ampliação das urgências do Hospital de São Bernardo, e os novos Centros de Saúde de Azeitão, obras em curso, que fosse referido, e em Setúbal.

Resilientes como sempre, determinados como nunca “juntos seguimos e conseguimos”.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Começou por saudar o Partido Socialista, pela vitória que tinha tido nas eleições legislativas. Tinha sido uma votação expressiva, uma votação que tinha tido origem no voto do povo e, portanto, merecia todo o respeito deles. Daí o facto de endereçarem os parabéns por aquela vitória. Disse que isso dava uma responsabilidade acrescida, aos vereadores do PS, ali presentes. Quando falava nessa responsabilidade acrescida, tinha a ver com o facto daquilo que tinham acabado de ouvir, de que todos os problemas de Setúbal se iam resolver. E, portanto, contavam, de facto, com a resolução desses problemas, com o apoio deles e não esquecendo, porque isso tinha sido uma espécie de palavra de ordem, da campanha, de que governariam com humildade, e que existiam outros partidos no espectro partidário nacional que tinham tanto de bom para dar como o Partido Socialista.

Ali, na Câmara o que se passava era o contrário. Quem tinha ganho as eleições tinha sido a CDU, em segundo lugar tinha ficado o Partido Socialista, em terceiro lugar tinha ficado o PSD. Tinham dado, todos eles, um contributo para o efeito. Contavam naturalmente, com o poder central, mas contavam principalmente com eles, porque o poder central não tinha sido simpático para Setúbal. Nessa medida, achou que deveriam continuar a fazer o trabalho deles, todos eles, com a mesma humildade que o tinham feito até àquela altura. E, mais uma vez, deixou os parabéns ao Partido Socialista, pela vitória.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que segundo a Organização Mundial de Saúde, algumas cidades em Portugal, como Albufeira, Almada, Aveiro, Barreiro, Coimbra, Estarreja, Faro, Loures, Marateca, Odivelas, Perafita, Portimão, Santiago do Cacém, Senhora da Hora, Setúbal e Sines, eram as cidades com os níveis mais altos, de poluição por partículas inaláveis, superando a média anual. Tinha sido publicado, no dia anterior, dia 1 de fevereiro, na revista *Acta Médica* da Ordem dos Médicos, um artigo científico “*impacto da poluição atmosférica nos sintomas diários de asma*”, elaborado por profissionais de saúde do Centro Hospitalar de Setúbal. Uma das autoras era a médica de imunoalergologia, Doutora Elsa Tomás, Diretora do Serviço de Imunoalergologia do Centro Hospitalar, membro do grupo de trabalho, da rede de referência hospitalar e designada membro da Comissão de Avaliação de Tecnologias de Saúde.

Dado o teor do artigo e a sua importância, a bancada do Partido Socialista requereu ao senhor Presidente, que o mesmo fosse publicado na página do município e, que se fizesse chegar ao Centro Hospitalar, e à Doutora Elsa o reconhecimento deles, e que o artigo científico ficasse anexo à presente ata.

O documento ficou anexo à ata, conforme registo n.º 6.

Sr. Presidente – Agradeceu á senhora Vereadora e disse que naturalmente seriam seguidas essas sugestões.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que Portugal vivia atualmente uma situação de seca severa, ou extrema, numa extensão significativa do seu território. A água era um bem escasso, e a sua poupança, e boa gestão era fundamental. Deveria ser acutelada por todos, enquanto cidadãos, pelo estado também, particularmente pelos municípios, naquilo que era a gestão do seu consumo.

Tinham tido conhecimento que desde março de 2021 havia uma rutura no Estádio do Bonfim. Aquela perda de água, corresponderia já a cerca de 14.000 m³ por mês, o que equivaleria a sensivelmente, para terem noção da dimensão daquela rutura e da perda que falavam, a um garrafão de cinco litros por cada segundo. Para além do evidente problema de desperdício de um recurso cada vez mais escasso, e que exigia uma gestão criteriosa e rigorosa, surgia também uma questão que era financeiramente relevante, na medida em que nas contas deles, o senhor Presidente poderia corrigi-lo se estivesse enganado, porque tinha acesso às faturas, a fatura mensal deveria ascender a sensivelmente 14.000 euros por mês, em virtude daquela rutura.

Aproveitou para requerer que lhes fossem facultadas as faturas da água do Estado desde o momento em que o município tinha tomado posse, em 2019.

Tendo o município tomado ostensivamente posse do Estado do Bonfim, em 2019, tendo inclusivamente designado um gestor para o espaço, pensava que seria ao município que competia a rápida resolução daquele problema, que esperavam que não se arrastasse no tempo, da mesma forma que uma rutura semelhante se tinha arrastado, no complexo municipal de atletismo do Vale da Rosa.

Questionou o senhor Presidente sobre aquilo que já tinha sido feito, para resolver a rutura em causa, fazendo boa fé na informação que tinham tido, e que o senhor Presidente poderia confirmar se correspondia, ou não, à verdade. Sendo aquela uma informação correta, o que é

que já tinha sido feito, no sentido de resolver, e o que é que seria feito, uma vez que o problema ainda não tinha sido resolvido.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Começou por saudar os trabalhos de requalificação e repavimentação na Rua de Vanicelos, na Praceta das Amoreiras, sendo que aquele esforço servia melhor a população. E ficariam certos que não serviria para a instalação de estacionamento tarifado.

Fizeram a sugestão e ficavam na expectativa, de que essa requalificação pudesse ser estendida às traseiras da Rua de Vanicelos e também da Rua de São Joaquim, na mesma zona.

Disse que já tinham tido ocasião de falarem ali, em relação à situação do Parque Infantil das Amoreiras, e que iam também ficar a desejar, que naquele pacote de requalificação esse trabalho pudesse também ser feito.

Como o senhor Vereador Carlos Rabaçal sabia, havia também na Rua Nova da Jardía, em Brejos de Azeitão, um problema que parecia estar relacionado com o abatimento, em certas zonas. Questionaram se estava previsto alguma intervenção para breve e se estavam a acompanhar.

Solicitou, novamente, alguma informação de como estava a andar o trabalho para a futura construção do estacionamento subterrâneo na Luisa Todi. Como é que esse processo ia avançando, uma vez que não deixava de ser uma grande obra, naturalmente com preocupações em quem era especialista em engenharia, mas também em quem tinha a expectativa de melhorar o estacionamento da baixa.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os serviços de Higiene e Limpeza, ou parte desses serviços, tinham sido delegados nas Juntas de Freguesia, naquilo em que consideravam uma boa medida, que tinha a ver com a delegação de competências em quem estava mais próximo. Aquilo que lhes tinha chegado era que aquele processo não estava efetivamente a correr muito bem, no que dizia respeito aos trabalhadores. Precisavam de saber se aquela delegação de competências nas Juntas de Freguesia, que tinha acompanhado também a mobilidade, acreditavam que por interesse público, desses trabalhadores tinha gerado alguma confusão.

Esses trabalhadores eram trabalhadores do mapa de pessoal da Câmara. Questionou se continuavam ou não a serem trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal.

Questionou se tinha existido alguma reunião, algum esclarecimento, com esses trabalhadores, relativamente àquela situação de mobilidade.

Questionou se estava prevista uma reunião, para o mês de janeiro, no sentido de esclarecer algumas dúvidas, que naquele momento pairavam sobre aqueles trabalhadores. Reunião que a ter estado prevista, pelos vistos não se teria realizado.

Um processo que tinha tudo para correr bem, parecia que estava a começar mal. E a começar mal, porque não tinha havido esse diálogo, que deveria ter existido com os trabalhadores da Câmara Municipal.

Necessitavam daqueles esclarecimentos, relativamente à situação dos trabalhadores, ao vínculo que eles mantinham, qual era a situação em que tinham passado, quem é que estava, naquele momento, a controlar a sua assiduidade, quem é que ia fazer o pagamento, ou estava a fazer o pagamento dos vencimentos.

Tinham outras questões para levantar, podiam não ser naquela reunião, mas naquele momento necessitavam de ter aqueles esclarecimentos.

Aqueles esclarecimentos cabiam não só aos trabalhadores que tinham vínculo com a Câmara, que eram do mapa de pessoal da Câmara, mas também a trabalhadores que estariam com "*falsos recibos verdes*". "*Falso recibos verdes*", porque na opinião deles eram contratos de trabalho encapotados.

Os trabalhadores que estavam naquele momento a recibos verdes, na Câmara Municipal de Setúbal, na área de Higiene e Limpeza, não eram prestadores de serviços. Eram trabalhadores da autarquia que estavam com "*falsos recibos verdes*". Eram contratos de



trabalho encapotados. Eram trabalhadores que se enquadravam no regime do contrato de trabalho, mas não tinham contrato de trabalho, estavam em prestação de serviços. Relativamente a esses trabalhadores, quis saber se também tinham passado para as Juntas de Freguesia. Se tinham passado para as Juntas de Freguesia com quem é que mantinham esses contratos de prestação de serviços. Se era com a Câmara Municipal, se era com as Juntas de Freguesia, ou se porventura teriam esses trabalhadores, ou algum desses trabalhadores, da Higiene e Limpeza, visto cessar o seu vínculo precário, com a Câmara Municipal de Setúbal.

Sra. Vice-Presidente – Disse que relativamente àquela questão, que o senhor Vereador Fernando José tinha colocado, já na última reunião da Câmara, a sua intervenção tinha ido num sentido que não tinha sido o mais correto. Disse que naquele dia também queria referir-se a ela. Acabava por se cruzar um pouco, na parte final, relativamente à Higiene Urbana e à questão dos procedimentos.

Disse que o senhor Vereador sabia, porque já há alguns anos que estavam juntos na Câmara Municipal, que o recrutamento na administração pública era feito através de um concurso. Tendo em conta essa questão, a Câmara Municipal tinha aberto um procedimento para 34 lugares de cantoneiro de limpeza. Esse procedimento tinha decorrido e no final do ano, em dezembro, os 34 lugares tinham sido preenchidos. Existiam efetivamente pessoas a trabalhar na Câmara Municipal com prestações de serviços, para as mais diversas áreas. Quando era da vontade das pessoas, que trabalhavam na Câmara Municipal, podiam ou não concorrer a um concurso. Decorrido o concurso que tinha 3 etapas, uma prova de avaliação escrita, uma avaliação psicológica, e uma entrevista profissional, era elaborada uma lista. Nessa lista, as pessoas eram ordenadas, de acordo com as suas classificações, eram notificadas, e vinham à Câmara Municipal dizer se estavam de acordo com a posição remuneratória e se queriam entrar para o mapa de pessoal. Era aquele o procedimento que tinham que seguir, e tinha sido esse o procedimento que tinham seguido. Eram aquelas as necessidades que estavam identificadas no mapa de pessoal, 34 cantoneiros de limpeza.

A partir do momento que era feito o concurso, e que eram estabelecidas as regras, qualquer pessoa, que tivesse as habilitações, e as condições, podia concorrer a esse concurso, e podia ficar, ou não, dentro desse concurso. Porque podia acontecer não passar na prova escrita, podia acontecer não passar na avaliação psicológica, ou na entrevista e até podia acontecer que pessoas que tivessem uma ligação à Câmara Municipal, através de prestação de serviços, não terem concorrido a qualquer concurso. Todas aquelas situações poderiam acontecer. O que não podia acontecer era a Câmara conseguir suprir as suas necessidades e continuar a ter pessoas a trabalhar quando as necessidades já tinham sido supridas. E eram esses ajustes que tinham, eventualmente, que fazer, porque o recrutamento na administração pública era feito através de concurso.

Tinha havido uma possibilidade, na altura do PREVPAP, das pessoas que estavam em prestação de serviços, fazerem um recrutamento, porque as regras impunham um recrutamento, essas pessoas tinham ficado, e estavam a falar de pessoas que já na altura não tinham condições para ir ao PREVPAP, porque o PREVPAP tinha fechado em maio, não permitindo que uma série de pessoas pudessem ser incluídas. As pessoas que tinham entrado na Câmara Municipal e, outras que já faziam parte da Câmara Municipal, daquelas que realizavam tarefas na área da transferência de competências para a junta, ou seja, limpeza de ruas, a função de cantoneiro tradicional, que não envolvia atividades na recolha de resíduos, tinham sido elaboradas 3 listas de transição, que era aquilo que a lei obrigava, e tinham sido feitas com base nos critérios, tendo em conta o local de trabalho onde a pessoa já exercia as suas tarefas, e a Junta de Freguesia a que correspondia esse local de trabalho. Tinham sido vistas as pessoas que ainda fariam falta a nível da recolha, essas tinham ficado na Câmara Municipal, e os outros trabalhadores tinham sido indicados para a tal lista de transição, porque era assim que a legislação obrigava.

Em dezembro, acompanhado pelo Diretor de Recursos Humanos, da Chefe de Divisão de Higiene Urbana e do Diretor do Ambiente, tinham feito uma reunião, no Ninho de Empresas,

no Mercado do Livramento, onde tinham sido convocados todos os trabalhadores, da Câmara Municipal, que estavam naquela condição, onde lhes tinha sido explicado que em junho a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tinham decidido por um processo de transferência de competências, na área da limpeza, e que a vida deles continuava a ser basicamente a mesma, porque as suas tarefas não tinham alterações, mas a gestão passaria a ser das juntas de freguesia. Transferiram trabalhadores para a União de Freguesias de Setúbal, para São Sebastião e para Azeitão.

O senhor Vereador tinha colocado as questões, e deu-lhe os esclarecimentos todos, mas não se tinha coibido de dizer que o processo tinha começado mal. O que tinha para lhe dizer era que o processo não tinha começado mal, o processo tinha começado muito bem. Porque tinham começado todos a conversar uns com os outros. Passado uma semana tiveram reunião com os sindicatos e tinha sido informado aos sindicatos a intenção da Câmara, dos trabalhadores que seriam transferidos.

Tinha sido explicado, tanto aos sindicatos, como aos trabalhadores, que o facto de fazerem a transferência de competências não fazia com que nenhum trabalhador visse retirado os seus direitos como funcionário da Câmara, como funcionário público. Quem naquele momento iria pagar os vencimentos seriam as juntas de freguesia, porque a DGAL, fazia automaticamente a transferência por duodécimos para as juntas de freguesia e quem controlava a assiduidade também era a junta de freguesia. Os trabalhadores estavam no mesmo local de trabalho, encontravam-se a desempenhar as funções que estavam a desempenhar, e daquilo que sabia e que estava a tratar, era um pedido de reunião, com o STAL, para melhor esclarecimento de algumas situações que teriam sido levantadas num plenário. Era natural que pudessem haver dúvidas. Entretanto, tinha perguntado à Chefe de Divisão da Higiene Urbana, se havia algum pedido de atendimento por parte de alguns desses trabalhadores e tinha-lhe sido comunicado que não. E tinham contactado com a junta de freguesia para perceber o que se estava a passar.

Nessa reunião de dezembro, o que tinha sido dito às pessoas era que para qualquer dúvida estava disponível, como qualquer um dos senhores diretores estaria disponível, e estavam, como era obvio, para acompanhar todo o processo.

Portanto, se da parte de algum trabalhador, alguma coisa não fosse o que tinha imaginado, ou se se tinha visto privado em algum direito que tinha, deveria informar a Câmara Municipal, para que a Câmara junto da respetiva junta de freguesia tentasse perceber o que é que se estava a passar.

Também tinha sido dito aos trabalhadores que caso a Câmara Municipal decidisse chamar a si de novo essa competência, por determinada situação, o trabalhador regressaria à Câmara Municipal, porque o trabalhador era um trabalhador da Câmara Municipal.

Tinha sido um processo, do seu ponto de vista, transparente, um processo com diálogo e, infelizmente, podia vir a ter outro aproveitamento, pelo já tinha percebido, porque o facto do senhor Vereador querer saber, porque não sabia, mas dizer que já tinha começado mal, levou-o a suspeitar que poderia haver ali, algum aproveitamento naquela questão. Julgava que não se devia meter os trabalhadores diretamente ali, tendo em conta que muitas vezes as questões eram aproveitadas para quezílias políticas e não para a verdadeira resolução dos problemas.

Na introdução, no prólogo que o senhor Vereador Fernando José tinha feito ali, naquela reunião de Câmara, disse que estava de acordo com o senhor Vereador Fernando Negrão. Tinha ficado muito mais tranquila, porque estava muito intranquila com as reuniões que tinham tido por causa da descentralização de competências, e tinha ficado muito mais tranquila por saber que o PS ia fazer uma descentralização, para a Câmara Municipal de Setúbal, com todos os meios que deviam ter, e que principalmente lhes ia entregar as escolas que estavam todas a cair aos bocados, em boas condições. Pelo menos 4 delas estavam em situações muito graves. O senhor Vereador podia ir visitar a secretaria da Escola 2,3 do Bocage e depois logo lhe dizia se não tinha razão.

Quis deixar aquela nota, porque tendo em conta as responsabilidades que todos tinham, fazia sentido que também se anotassem aquelas questões.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria dar nota, de duas ou três coisas que tinham sido ali colocadas. Podia falar de muitas outras obras, mas tinham sido colocadas essas questões, achou que valia a pena responder.

Antes de responder, quis juntar mais um elemento àquilo que tinha dito a senhora Vereadora Carla Guerreiro, em relação aos trabalhadores que estavam no processo de transferência, que era diferente do processo de delegação.

No processo de delegação de competências, a Câmara transferia verbas, em geral, e depois as juntas contratavam pessoal, nos termos que entendiam e pagavam de acordo com o cálculo estabelecido legalmente, para pagar a essas pessoas, de acordo com a sua categoria. No processo de transferência não se passava assim. No processo de transferência o dinheiro que vinha para a Câmara não vinha, ia diretamente para as juntas de freguesia. O pessoal integrava na fase do processo de transferência o mapa de pessoal da junta de freguesia, e tinha uma característica muito interessante na transferência, que era um dado positivo daquele processo, que era o facto de em caso de regresso da competência à Câmara, a Câmara era obrigada a garantir o posto de trabalho a todos os trabalhadores. No processo de delegação não era assim. Regressando a delegação à Câmara, a junta tinha que “se *amanhar*” com os trabalhadores que lá tinha. O que queria dizer que aquele processo de transferência, era um processo que dava uma grande segurança aos trabalhadores, visto que todos, e cada um, que estavam no processo de transferência tinham o seu posto garantido, nos termos legais em vigor. Havia depois situações concursais e complexas, mas do ponto de vista real, não havia essa instabilidade. A pessoa tinha a sua situação garantida, enquanto estava na junta, e em caso de cessar essa transferência tinha o seu posto de trabalho garantido na Câmara. Era o que dizia a lei, e bem. Pensava que isso era um dado novo em relação à delegação.

No caso concreto de outras delegações, para além da transferência que iriam fazer, aplicava-se a primeira regra. Transferiam as verbas, os meios e os recursos e a Junta organizava-se para responder. Caso regressasse a tarefa delegada, já não se aplicava a mesma regra de transferência, necessariamente, poderia eventualmente aplicar-se por acordo mútuo, etc., mas não era obrigatório por lei.

Achou útil deixar aquela nota, por causa da estabilidade e segurança dos trabalhadores. Pensava que aquilo era o máximo de segurança que a lei podia garantir. Depois haviam as regras laborais normais, e os processos laborais.

Uma outra questão que tinha sido colocada tinha a ver com a Rua de Vanicelos. Aquele processo tinha-se iniciado ali, na Rua das Amoreiras, Rua de Vanicelos, mas nas traseiras da Rua de Vanicelos estava previsto uma empreitada, para requalificar todo aquele interior, aquele empedrado, as lajetas todas levantadas, aquilo era uma complicação. Havia uma empreitada, um projeto, que estava preparada para avançar, até já podia ter avançado mas não se tinha conseguido avançar, mas estava pronta para isso, porque era uma zona prioritária e de requalificação, naquela freguesia, naquela zona.

Em relação à Rua Nova da Jardía, tinham a decorrer, naquela zona, duas grandes empreitadas de águas. Achava que a que se tinha referido estava associada à Rua de Paris, o troço Norte da Rua da Jardía e a Rua de Paris, o que podia originar perturbações e abatimentos. Não sabia ao que se tinha referido, mas tinham duas grandes obras a decorrer, a somar a uma outra grande obra que tinham feito na zona da Jardía, também, de reabilitação das redes de água.

Tinham ali um problema antigo de redes de água, muito antigas e, naquele momento, o investimento ia já em setecentos ou oitocentos mil euros, na reabilitação daquelas redes de água, naquela zona, para além de mais umas dez empreitadas que estavam naquele momento a decorrer em Azeitão. Para além do Centro de Saúde, também tinham intervenções na Rua das Mimosas, na Rua dos Camponeses, uma série de ruas que estavam com intervenções, dentro de uma lógica de dotar a freguesia das infraestruturas que ainda faltavam, substituição das infraestruturas que estavam antiquadas, e de resolver em definitivo



as zonas de terra batida. Estavam a fazer um esforço grande naquele sentido. Recentemente tinham feito uns quilómetros largos em várias ruas da freguesia. Em relação ao Vitória Futebol Clube, tinha um problema de fuga de água real, que tinha sido identificado no contador.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a questão era sobre o estádio, porque tinha sido sobre o estádio que a Câmara Municipal tinha tomado posse.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não tinha que ver só com o estádio, ia explicar. Tinha sido registada à entrada do contador um consumo anormal de água. E ninguém sabia exatamente onde estava essa fuga. Tinham vindo três empresas especializadas em fugas de água e não tinham encontrado a fuga de água. Tinham conversado com as Águas do Sado sobre aquela situação, estavam a acompanhar aquilo, não estavam a cobrar, e naquele momento estava a ser preparada uma empreitada para substituir todo o anel de abastecimento de água do estádio. Tinha uma zona de entrada de água e depois tinham um anel à volta, e a partir daquele anel saíam ramificações que alimentavam o estádio todo e alimentavam também as instalações todas do Vitória, também estavam envolvidas as instalações do Vitória.

Não sabiam em que ramal é que estava aquela fuga de água. A solução que tinha sido aconselhada, depois de várias peritagens, tinha sido a de anular a instalação de abastecimento atual, a rede de grande dimensão, e substituí-la por uma nova. Naquele momento estava uma empreitada em preparação, em acelerado movimento, a ver se conseguiam resolver aquilo rapidamente. A garantia que tinham era que no contador de entrada tinha disparado a contagem, para lá do contador de entrada não se conseguia descobrir onde estava. Já tinham tido lá os serviços da Câmara, primeiro, tinha estado as Águas do Sado, não tinha conseguido, tinham convidado empresas especializadas na deteção de fugas, não tinham encontrado, mas aquilo era uma fuga grande, era uma coisa complicada. A solução que lhes tinham aconselhado tinha sido anular todo o sistema e fazer um sistema novo. Eram isso que estavam a tratar.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor Vereador pelos esclarecimentos prestados.

Quis referir-se à questão que o senhor Vereador Vitor Ferreira tinha levantado, relativamente ao estacionamento na Avenida Luísa Todi.

Disse que como o senhor Vereador saberia, como todos saberiam, não era fácil a situação que viviam, em termos da capacidade de intervenção das empresas, tendo em conta a situação de pandemia em que ainda se vivia. Dificuldades várias, que aconteciam em vários momentos, quando os processos dos trabalhos estavam em desenvolvimento. Estava a ser desenvolvido o processo da instalação dos equipamentos, por parte da empresa que tinha ganho o concurso. Relativamente à questão do parque de estacionamento, era uma questão que estava a ser analisada, também pelos serviços e, oportunamente, esperavam que em boas condições, todos aqueles trabalhos se pudessem desenvolver, como estava previsto quando se tinham iniciado todos aqueles processos e concursos.

Quanto à questão que tinha dado início àquela reunião, sobre as eleições, e os resultados eleitorais, quis aproveitar, enquanto Presidente da Câmara, para saudar todos os trabalhadores da Câmara Municipal, que tinham estado envolvidos naquele processo eleitoral, e que daquela vez, pelas informações de que dispunha, não tinha havido problemas de maior do ponto de vista da operacionalidade, naturalmente, havia sempre alguma questão que era importante melhorar, mas referia-se particularmente à saúde dos trabalhadores, como tinha acontecido em eleições anteriores. Felizmente, parecia que a situação de pandemia estava em fase avançada, no sentido da sua resolução progressiva. Era isso que esperavam. Quis deixar aquela mensagem e agradecimento a todos os trabalhadores que tinham trabalhado de dia, de noite, e ao fim de semana, para que as eleições tivessem corrido como todos esperavam no Concelho e em todas as freguesias.

Relativamente aos resultados eleitorais, quis também e ficava bem saudar o Partido Socialista, porque tinha ganho as eleições e, aproveitou para saudar o senhor Vereador Fernando José, do Partido Socialista, e o senhor Vereador Fernando Negrão, do PSD, por terem sido eleitos pelo Distrito de Setúbal para a Assembleia da República. Enquanto deputados eleitos, esperava - pensava que todos esperavam -, que os senhores deputados, na Assembleia da República, representassem os interesses também dos setubalenses. Não só dos setubalenses, porque a eleição era a nível distrital, mas naquele caso, em particular, dos setubalenses.

Ao longo da campanha tinham sido identificados um conjunto de situações que justificavam que a população de Setúbal ficasse à espera de resultados, pelo facto de os senhores vereadores e deputados terem sido eleitos e, na Assembleia da República defendessem os interesses de Setúbal.

Ao contrário de opiniões que tinham sido ali expressas, depois do 25 de abril - e aproximavam-se os 50 anos do 25 de abril -, nessa altura, todos os portugueses tinham grandes expectativas relativamente à melhoria da qualidade de vida, a uma certa justiça social que se anunciava e em que todos acreditavam, aqueles que estavam ali na altura e pensava que todos os que vieram depois continuavam a acreditar nessa possibilidade de uma maior justiça social. Ao longo daqueles quase 50 anos as promessas tinham ficado no ar. Identificou alguns aspetos, eram questões mais recentes, para que não se esquecessem, que a situação do Centro Hospitalar de Setúbal requeria que as promessas que já tinham sido feitas fossem cumpridas, com o novo governo do Partido Socialista, mas que na Assembleia da República os deputados que tinham sido eleitos desempenhassem as suas funções. Era isso que esperavam. Era muito mais complexo do que apenas a criação de melhores condições para o funcionamento das urgências, como todos sabiam. A situação era muito mais complexa, até porque as promessas tinham sido feitas, de eleições em eleições, e os resultados tinham sido aqueles que conheciam, e que presentemente ainda estavam por resolver.

No que dizia respeito aos problemas da qualidade do ar, ou aos problemas da qualidade do ambiente, no Concelho de Setúbal, na região de Setúbal, a senhora Vereadora tinha colocado aquela questão, e era bom que tivessem em conta aqueles trabalhos de investigação, e de alerta para as situações que viviam, e como todos sabiam, era público, ao longo de anos os resíduos tóxicos perigosos circulavam e estavam depositados em várias zonas do nosso território. Quem tinha a responsabilidade de intervir, no sentido de terminar aquelas situações, não o fazia. Passavam-se os anos, passavam os governos, as promessas ficavam no ar e resultados não se viam.

Parecia que, às vezes, se esqueciam rapidamente de algumas situações. A senhora Vice-Presidente já tinha chamado à atenção para a situação de várias escolas que eram, presentemente, da responsabilidade do poder central, e que continuavam a ouvir promessas. Continuava a dizer que os anos passavam, os governos sucediam-se e as situações permaneciam na mesma. Parecia que estavam à espera, com a transferência para as autarquias, que aqueles problemas viessem todos a ser resolvidos. Sabia que as autarquias, pelo país fora, se tinham substituído aos governos. Era verdade, todas as autarquias, das várias cores políticas. Os exemplos multiplicavam-se, mas, no caso concreto de Setúbal, aquelas reivindicações eram feitas pelos estudantes, pelos pais, pelos encarregados de educação, pelos autarcas e por tantos candidatos nas várias eleições que se sucediam e os resultados estavam à vista. Continuavam a ter estudantes, no Concelho de Setúbal, que não tinham pavilhões gimnodesportivos. Continuavam a ter escolas que não estavam em condições de poder ser devidamente utilizadas. Em alguns casos os alunos viviam num sobressalto de poder haver alguma situação de maior gravidade, tal era a situação em que se encontravam algumas instalações escolares, que eram da responsabilidade do poder central. Não ia mais longe porque não era preciso, nem era sua intenção trazer ali todas as questões que eram promessas sucessivas ao longo de anos, ao longo de campanhas eleitorais em que os problemas permaneciam.

Portanto, os senhores vereadores e deputados eleitos para a Assembleia da República, esperavam ter notícias da intervenção dos senhores deputados, no sentido de ajudar a que

muitos daqueles problemas, alguns tinha referido, pudessem vir a ser resolvidos, naturalmente por intervenção do governo, que esperavam que viesse a ser constituído com a brevidade possível. Não era novidade nenhuma, tinha-o anunciado, logo que o governo tomasse posse, tomariam o encargo que estava assumido de fazer notar a importância de um novo governo assumir responsabilidades de problemas que eram conhecidos de todos.

De qualquer forma, desejava aos senhores deputados os melhores êxitos nos compromissos assumidos, em particular perante a população do Município de Setúbal.

Dirigiu-se ao senhor Vereador Fernando José e disse que tinha ouvido com atenção a declaração política que tinha feito. Tinha ficado com algumas dúvidas, sobre o que a senhora Vice-Presidente já tinha referido. Utilizar os trabalhadores da Câmara para fazer política ou para melhor atingir os objetivos políticos não era o melhor caminho para nenhum deles, fosse para quem fosse.

Pensava que a senhora Vice-Presidente tinha dado boa nota do empenho que aquela Câmara Municipal e aquele executivo tinha com os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal. Naturalmente que, com aquela quantidade significativa de trabalhadores, havia sempre situações, alguns problemas que iam surgindo, mas estava ali para os resolver, era essa a responsabilidade deles. Esses problemas iam acontecendo, existiam em todo o lado e também na Câmara Municipal. Não os ignoravam, mas, como tinha sido demonstrado, tudo era feito com o respeito pela legislação e, em primeiro lugar, pela condição humana, porque isso era o que justificava também estarem ali. Era o respeito, em particular, que os trabalhadores mereciam, porque sem os trabalhadores não iam longe. Podiam ter boas ideias, podiam ter muita vontade, mas, naquele caso em concreto, os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal e, naquele caso, com a descentralização que tinha vindo a ser feita, os trabalhadores das juntas de freguesia do concelho, eram quem punha em prática as ideias e os compromissos para com as populações.

Portanto, aquele não era um bom caminho para ninguém e não podiam deixar passar em claro quando se faziam - não sabia se por algum descuido -, afirmações como aquelas que tinham sido ali feitas, procurando levantar a ideia de que os trabalhadores não estavam a ser devidamente defendidos, e que também, no dizer do senhor vereador, que o senhor vereador, e certamente, os senhores vereadores do Partido Socialista, estariam empenhados, se os eleitos da CDU não estavam a fazer aquilo que deviam fazer, que os senhores vereadores do PS o fariam.

Como a senhora Vice-Presidente tinha dito, todos aqueles processos estavam a ser acompanhados e devidamente salvaguardados, naquilo que eram os direitos dos trabalhadores. Era essa uma primeira causa, que assumiam desde que tinham assumido responsabilidades na Câmara Municipal. Era um caminho que iam fazendo. Aquele debate político também fazia bem, ajudava-os um pouco a corrigir alguns caminhos que prosseguiram e era naquele quadro que entendiam as intervenções que tinham sido feitas, mas não podiam de deixar de chamar à atenção para algumas notas que eram dissonantes, relativamente àquilo que eram compromissos fundamentais que tinham no cumprimento da missão de gerir a Câmara Municipal e fazer a gestão dos Recursos Humanos.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que o senhor Presidente sempre que tinha oportunidade gostava de fazer alusão ao facto de existirem dois vereadores que eram simultaneamente deputados. Um do PS e outro do PSD. Naturalmente, que não enjeitavam as responsabilidades deles, não só a nível nacional, como a nível local. Não enjeitava e tinha a certeza que o senhor deputado Fernando José também não enjeitava e assumiam essas responsabilidades. Mas não podia deixar de dizer que Setúbal sempre tinha tido representação parlamentar até àquelas eleições. Tinha deixado, naquele momento, de ter no que dizia respeito a Setúbal concretamente, mas chamava à atenção para um ponto que era um número da constituição que dizia que os deputados, apesar de eleitos pelos círculos eleitorais tinham responsabilidade nas políticas nacionais. O que queria dizer que para além do PS e do PSD, o PCP, os Verdes e todos os outros partidos que tinham concorrido e que

tinham representação parlamentar tinham igualmente responsabilidade em defender os interesses do concelho de Setúbal e da população de Setúbal.

Sr. Presidente – Disse que subscrevia aquilo que o senhor vereador tinha acabado de dizer. Mas pensava que não havia dúvidas que os setubalenses esperavam, por maioria de razão, que os deputados eleitos para a Assembleia da República, que eram vereadores naquela Câmara Municipal, que assumissem responsabilidades.

Subscrevia integralmente aquilo que o senhor vereador tinha dito, os deputados da nação - era assim que também se costumava dizer - portanto, as responsabilidades eram do todo nacional, mas chamar à atenção para uma responsabilidade acrescida, naquele caso concreto, achava que não vinha mal ao mundo por isso.

Disse e repetia que certamente todos os setubalenses estavam à espera que fosse dada notícia de que os senhores, que eram vereadores ali na Câmara Municipal, e que tinham sido eleitos para a Assembleia da República, no âmbito das competências que advinham por esse facto de também fazerem as suas intervenções, não estava a dizer que nunca tinham feito, não era nada disso, estava a dizer que estavam numa nova etapa e que essa nova etapa trazia essas responsabilidades, era apenas de recordação, chamava-lhe assim, era apenas nesse sentido. Agradeceu a chamada de atenção, porque era importante todos terem a ideia de que os deputados quando eram eleitos, embora pelos círculos eleitorais, eram deputados que representavam Portugal e os interesses dos portugueses.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente estava à espera de boas notícias e era isso que traziam ali. Era uma boa notícia pela intervenção do governo, que tinha resolvido um problema que se arrastava no tempo, um problema que tinha sido criado na altura por uma má decisão, do governo de então.

Disse que o governo já tinha formalizado o pedido de NUT II para Setúbal. Era uma grande notícia, para a Península de Setúbal, que poderia voltar a ter acesso a fundos comunitários com maior participação financeira a partir do próximo quadro comunitário de apoio.

A carta formal já tinha seguido na segunda-feira. Para quem tinha duvidado e queria fazer alguma declaração depois daquela concretização “*ver para crer*”, tinha sido essa a expressão utilizada, ali estava “*palavra dada foi uma vez mais palavra honrada*”. Estava dado o primeiro passo, um passo importante para a Península de Setúbal (Entregou saudação conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 6-A).

Sr. Vereador Fernando Negrão – Quis saudar, principalmente, as associações empresariais, associações sindicais, todos os partidos políticos. Tinha havido uma conjugação de esforços, de vontades e de crer, por parte de todos os partidos políticos para que aquilo se concretizasse. E tinha a certeza que tinha sido essa pressão e essa determinação, por parte da sociedade civil, mais uma vez as associações empresariais, sindicais, a associação de municípios que tinha levado à concretização daquela medida, que era já do conhecimento público, a algum tempo através da comunicação social. Agora tinham todos era a dúvida, quando é que se iam concretizar-se efetivamente o que ali era referido. Esperavam que fosse depressa, mas havia quem dissesse que só no ano 2023 é que isso poderia vir a acontecer.

Sr. Presidente – Disse que, relativamente àquela questão, o senhor Vereador Fernando Negrão tinha-se referido às associações empresariais e à Associação de Municípios, mas não se tinha referido às autarquias e cada uma das autarquias também tinha, ao longo dos anos, vindo a chamar a atenção para essa questão. Portanto, acreditava que essa questão era assumida por todos, diria até, como uma obrigação. Aquilo já era uma obrigação. Havia algum tempo que tinham começado a considerar isso como uma obrigação. Uma necessidade já todos sabiam que havia. Agora, isso já era uma obrigação e, segundo a informação que tinha, parecia que tinha sido mesmo quase no último dia ou na véspera de terminar o prazo para apresentação dessa intenção.

Diria assim, porque acreditava que estaria mais próximo da realidade dos factos e da resolução desse problema se lhe dissesse dessa intenção, mas, sinceramente, queria,

naturalmente, dizer que ainda bem que o senhor Primeiro-Ministro, durante a campanha eleitoral, tinha feito essa promessa e tinha cumprido a promessa da intenção. Podiam um dia, depois, vir a concluir se tinha razão ou se eram os senhores que tinham razão, mas ficava-se por lhe dizer dessa intenção. Mas, se essa intenção tinha sido concretizada, ou seja, se a manifestação tinha chegado ao sítio certo, ainda bem. Portanto, essa é que era a questão central.

Agora, sobre se quem iria decidir se a coisa ia acontecer ou não ia acontecer, isso era o que iam ver. Esperavam que acontecesse, mas não tinham certeza nenhuma. O que acontecia era que havia uma manifestação e essa manifestação era uma manifestação que cabia àquele Governo, porque era ele que estava em funções, se fosse outro era outro. Cabia àquele Governo. Portanto, tinha sido uma promessa feita em campanha eleitoral e era uma promessa de uma intenção que se tinha vindo a concretizar.

Estavam todos de parabéns. Agora, aguardavam que isso tivesse consequências. O que sabiam, de certeza, era que, se viesse a ser aprovada e assumida, essa manifestação que tinha sido apresentada pelo Governo, era que ela teria consequências ou poderia ter consequências a partir de 2027. A partir de 2027. Isso é que era importante, concentrarem-se também sobre os factos.

Portanto, esperavam que em 2027, ou a partir de 2027, a península de Setúbal voltasse a ter acesso a fundos comunitários em majorações de financiamento e em diversidade de opções para investimento que se coadunasse com a situação que a NUT 3 - o resultado da criação da NUT 3 - viesse a demonstrar que se justificava essas condições serem colocadas à disposição das empresas, das autarquias, dos investidores, de uma maneira geral, da península de Setúbal. Era isso que esperavam.

Por isso é que dizia que havia uma manifestação, uma iniciativa. Muito sinceramente, esperava - e acreditava que todos o desejavam - que viesse a ter êxito. Era isso que esperavam.

Já que estavam a tratar desse assunto, também era importante dizer, falando pela CDU, que esperavam que o próximo Governo fizesse, relativamente à península de Setúbal, aquilo que ainda nenhum outro governo tinha feito, desde que tinha sido retirada a NUT 3 da península de Setúbal, em 2013. A península de Setúbal estava a ser penalizada, em termos de oportunidades de investimento, desde 2013 e continuaria assim até, pelo menos, 2027, se essa manifestação fosse aceite e, portanto, viesse a ser assumida no quadro comunitário.

Da parte da CDU, era aquilo que se esperava do novo Governo, também por maioria de razão, porque tinha maioria absoluta. Antes até podia dizer que havia outras forças políticas que, às vezes, pudessem [não concordar], mas achava que não era verdade, mas podia, até, aquele ou outro governo, vir a dizer *“como não tínhamos maioria absoluta, não houve condições.”* O passado não lhe interessava muito, naturalmente que fazia parte do seu conhecimento, da sua avaliação, mas o que lhe interessava mais e aquilo com que os setubalenses estavam mais preocupados era com o novo Governo que ia ser constituído e com a península de Setúbal, que tinha sido penalizada desde 2013, e, se não houvesse nenhuma intervenção ou criação de condições diferenciadas para a península de Setúbal, ficaria assim até 2027.

Era com isso que tinham que estar ou não estar de acordo. Por isso é que dizia que, da parte da CDU, essa manifestação havia de aparecer e surgir, publicamente, no primeiro dia ou no segundo dia após o Governo tomar posse, no sentido de pedir ao Governo que olhasse para a península de Setúbal e tomasse iniciativas, no sentido do investimento público que não tinha sido feito, que viesse a acontecer alguma iniciativa do próximo Governo, no sentido de que essa situação pudesse vir a beneficiar, designadamente o investimento das autarquias e o investimento das empresas, de uma maneira geral.

Era esse o quadro em que situava esse problema, e, para que não ficassem dúvidas nenhuma, tinham ficado muito satisfeitos por o senhor Primeiro-Ministro, enquanto candidato, na última campanha eleitoral, tivesse feito um compromisso e tivesse vindo a dar cumprimento a esse compromisso.

Como tinha dito na sua intervenção anterior, infelizmente nem sempre tinha sido assim. Por isso, era importante registar quando as coisas aconteciam. Quando havia compromissos e quando as coisas aconteciam era importante registar, mas não deixar esquecer aquelas promessas que tinham sido feitas ao longo dos anos, ao longo de várias campanhas eleitorais e que nunca, até aquele momento, tinham sido concretizadas.

Era tudo isso que tinham de ponderar, porque estavam ali para defender os interesses deste território e das populações que aqui viviam, e, naturalmente, também dos investidores, porque era através do investimento que se criava a riqueza, que se criava emprego e que, naturalmente, este território se desenvolvia e as pessoas que cá viviam teriam mais qualidade e melhores condições de vida. Era isso que tinha a dizer.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que aquelas três intervenções tinham sido ótimas, porque cada um tinha ido referindo quem, de alguma forma, tinha tido um papel naquela importante decisão ou naquele importante passo.

Para que ninguém se esquecesse do Governo, o companheiro de bancada deles Vereador Fernando José tinha feito essa referência. As outras duas intervenções tinham lembrado outros agentes importantes. Tínhamos no concelho outros momentos em que, porque tinham remado todos para o mesmo lado, as coisas se tinham feito.

Estava a lembrar-se do tempo em, já estando a lutar havia bastante tempo, tinham conseguido – estava ali, também, o senhor Vereador Fernando Negrão, que, segundo se lembrava, na altura, também tinha desenvolvido um esforço ao nível da Assembleia [da República] – recuperar ou construir, finalmente, escolas definitivas como a Escola Luísa Todi, a Escola Bela Vista. Tinham sido as autarquias, mais uma vez, as associações de pais, os senhores deputados. Portanto, tinham muito bons elementos.

Lembrava-se, também, que todos tinham feito muita pressão para a Escola Superior de Saúde ser uma realidade e ia avançar. Portanto, eram boas práticas de bons políticos.

O que queria dizer - lá em casa iriam compreender e, também, quem estava ali presente – era que mas havia governos que “sim” e havia governos que “não”. Estavam ali a falar de um governo que “sim”, e, como já tinha dito e bem, estava de parabéns o anterior Primeiro-Ministro e futuro, António Costa.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de José Adragão, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 7:

*“Voto de Pesar
José Victor Adragão*

No passado dia 30 de janeiro de 2022 faleceu José Victor Adragão.

José Adragão foi um dos docentes integrantes da comissão instaladora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS).

O Professor José Adragão formou de forma exemplar, muitos alunos da Escola Superior de Educação, era um docente reconhecido quer pelos seus pares, quer por todos os seus alunos.

Assim, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida no dia 2 de fevereiro de 2022, vem expressar o seu pesar pelo falecimento do Professor José Adragão, endereçando sentidas condolências à sua família e amigos.”

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que, em primeiro lugar, em nome da bancada do Partido Socialista, agradecia aos senhores vereadores do PSD terem tido a boa lembrança de trazerem aquele voto de pesar, a que se associavam.

Não sabia se seria adequado, embora achassem que sim, fazerem um minuto de silêncio, uma vez que era uma pessoa que tinha uma marca importante naquilo que era a formação de muitos munícipes e daqueles que os acompanham em Setúbal.

Sr. Presidente – Disse que queria, também, endereçar à família os seus sentimentos e, naturalmente, a todos aqueles que também tinham acompanhado o Professor José Victor Adragão naquela missão que tinha tido em Setúbal, junto de tantos e tantos alunos que com ele tinham convivido. Por isso, também propunha um minuto de silêncio em sua memória.

Fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 195/2022 – Proposta n.º 30A/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejo da Quinta do Mocho, Gâmbia, Pontes e Alto-da-Guerra, Setúbal

Sr. Presidente – Disse que as propostas correspondentes às deliberações 195, 196 e 197 que tinham sido distribuídas eram novas versões das propostas que tinham sido aprovadas numa anterior reunião da Câmara com a recomendação de serem enviadas à Assembleia Municipal.

Os serviços tinham verificado depois que não se justificava – naturalmente, do ponto de vista do enquadramento legal - que elas fossem à Assembleia Municipal. Por isso, era preciso retificar essas três propostas, relativamente às deliberações que a Câmara Municipal tinha tomado, de serem enviadas à Assembleia Municipal, por, entretanto, se ter concluído que não era necessário. Portanto, era necessária a deliberação de retificação. Era só para dar esse esclarecimento.

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 8.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, de facto, tinham muitos números e, portanto, muitas propostas para discutir. Acontecia que elas eram, na sua maioria, relativas ao direito de preferência e a questões de urbanismo, que não eram propriamente questões de relevância. Votariam favoravelmente da proposta do ponto 1 até à proposta do ponto 154, com exceção de quatro, as dos pontos 114, 115, 153 e 154. Até poderiam vir a votar favoravelmente, se os esclarecimentos fossem [suficientes].

Sr. Presidente – Perguntou aos senhores vereadores do Partido Socialista se tinham alguma questão sobre a proposta que o PSD tinha feito.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que não tinham nenhuma questão, podiam acompanhar. Na proposta do ponto 116 também não tinham uma posição favorável. Podia anunciar que estavam a pensar na abstenção, salvo outro esclarecimento. Portanto, para eles, era pacífico que as propostas dos pontos 114, 115, 116, 153 e 154 pudessem ser alvo de uma atenção de pormenor.

Sr. Presidente – Disse que, se estivessem de acordo, iria colocar à consideração, exatamente, as propostas, começando na proposta do ponto 114, e, depois, no final, votariam.

2. Deliberação n.º 196/2022 – Proposta n.º 48/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Picheleiros, União das Freguesias de Azeitão, Azeitão

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 9, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 197/2022 – Proposta n.º 49/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Picheleiros, União das Freguesias de Azeitão

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 10, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 198/2022 – Proposta n.º 126/2022 – DAF – Fundos de manei

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 11, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 199/2022 – Proposta n.º 127/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Prestação de serviços para a realização de Programa de Educação pelas Ciências Experimentais dirigido a educadores de infância e crianças da educação pré-escolar e a professores e alunos do 3.º e 4.º ano do 1.º ciclo do ensino básico das escolas públicas do concelho, no âmbito da candidatura ao Programa Municipal de Educação pela Arte e pelas Ciências Experimentais – Setúbal, Um Mundo de Desafios – 2.ª fase – Adicional ao contrato (Concurso Público n.º 16/2019/DAF/DICOMP/SECOMP)

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12 a 14, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 200/2022 – Proposta n.º 128/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 02/2022/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para o fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º ciclo da rede pública do concelho, para o ano letivo 2022/2023 e 2023/2024

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 15 a 17, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 201/2022 – Proposta n.º 129/2022 - DAF/DICONT/SERGE P - Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Academia Futsal Estrelas de Setúbal – Associação

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 18 a 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 202/2022 – Proposta n.º 130/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Augusto dos Santos, Lote 11 - 1.º dt.º, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 203/2022 – Proposta n.º 131/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 16 – 2.º dt.º, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 204/2022 – Proposta n.º 132/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Serra da Arrábida, n.º 68, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 205/2022 – Proposta n.º 133/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lázaro Losano, n.º 1 – 1.º dt.º, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 206/2022 – Proposta n.º 134/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 7 – 3.º G, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 207/2022 – Proposta n.º 135/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 7 – 3.º H, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 208/2022 – Proposta n.º 136/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Cerâmica, n.º 1 – 3.º D, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 209/2022 – Proposta n.º 137/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Padre Américo, n.º 1 – 7.º dt.º, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 210/2022 – Proposta n.º 138/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Brejos de Capitão, n.ºs 4 e 4A, em Azeitão**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 211/2022 – Proposta n.º 139/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Frei António das Chagas, n.ºs 20, 20A e 20B, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 212/2022 – Proposta n.º 140/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Marrocos, n.º 9, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 213/2022 – Proposta n.º 141/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Carcavelas e Nabais - Lagos, Lote 24, em Azeitão**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 214/2022 – Proposta n.º 142/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Avenida Nuno Álvares, n.º 44 - CV G20, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.



O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 215/2022 – Proposta n.º 143/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Nuno Álvares, n.º 44 – CV G22, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 216/2022 – Proposta n.º 144/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Choupal, n.º 8, em Azeitão

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 217/2022 – Proposta n.º 145/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Escola Brejos Clérigos, n.º 250, em Azeitão

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 218/2022 – Proposta n.º 146/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 23 – 4.º Dt.º, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**25. Deliberação n.º 219/2022 – Proposta n.º 147/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua de S. Jorge, n.º 8 – 1.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 220/2022 – Proposta n.º 148/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Praceta Hermenegildo Capelo, n.º 2 - R/C Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 221/2022 – Proposta n.º 149/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Casas de Azeitão - Núcleo Poente 1 - Rua dos Amores, Lote 4C - R/C Esq.,
em Azeitão**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 222/2022 – Proposta n.º 150/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 28 – 2.º Dt.º, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 223/2022 – Proposta n.º 151/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Ocidental do Mercado, n.º 51 – 1.º Dt.º, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**30. Deliberação n.º 224/2022 – Proposta n.º 152/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Celestino Alves, n.º 2 – 4.º, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 225/2022 – Proposta n.º 153/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua João Maria Jales, n.º 2 – 2.º Dt.º, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**32. Deliberação n.º 226/2022 – Proposta n.º 154/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Henrique Constantino, Lote 82 – 5.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**33. Deliberação n.º 227/2022 – Proposta n.º 155/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua João Maria Afonso Lopes, n.ºs 1, 1A e 1B, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**34. Deliberação n.º 228/2022 – Proposta n.º 156/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Av. São Francisco Xavier, Lote 4, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**35. Deliberação n.º 229/2022 – Proposta n.º 157/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Av. São Francisco Xavier, Lote 4 - 2.º L, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**36. Deliberação n.º 230/2022 – Proposta n.º 158/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Bairro do Peixe Frito, Lote 38, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**37. Deliberação n.º 231/2022 – Proposta n.º 159/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua António Maria Eusébio, n.ºs 79, 81 e 83, R/C, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**38. Deliberação n.º 232/2022 – Proposta n.º 160/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua António Maria Eusébio, n.ºs 79, 81 e 83 – 1.º, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**39. Deliberação n.º 233 - Proposta n.º 161/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua da Alegria, n.ºs 27/29, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**40. Deliberação n.º 234/2022 – Proposta n.º 162/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Batalha do Viso, n.º 141 – 1.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**41. Deliberação n.º 235/2022 – Proposta n.º 163/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua D. Lourenço Dinis, n.ºs 14 e 16, em Azeitão**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**42. Deliberação n.º 236/2022 – Proposta n.º 164/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Frei António das Chagas, n.º 9 – 2.º D, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**43. Deliberação n.º 237/2022 – Proposta n.º 165/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua dos Pinheiros, Serralheira, Lote 291, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**44. Deliberação n.º 238/2022 – Proposta n.º 166/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Dr. Evaristo Sousa Gago, Lote 12 – 1.º Drt., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**45. Deliberação n.º 239/2022 – Proposta n.º 167/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua do Gaz, n.º 6, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**46. Deliberação n.º 240/2022 – Proposta n.º 168/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Av. Nuno Álvares, n.º 25 – 2.º Drt., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**47. Deliberação n.º 241/2022 – Proposta n.º 169/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Silva Porto, n.º 17 - R/C Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

48. Deliberação n.º 242/2022 – Proposta n.º 170/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Constantino, Lote 82 – 5.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

49. Deliberação n.º 243/2022 – Proposta n.º 171/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Afonso Paiva, n.º 3 – 9.º Drt., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

50. Deliberação n.º 244/2022 – Proposta n.º 172/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Alexandre Herculano, n.º 14, 6.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

51. Deliberação n.º 245/2022 – Proposta n.º 173/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Gaivotas, n.º 29, 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**52. Deliberação n.º 246/2022 – Proposta n.º 174/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua na Travessa da Bombarralha, n.º 8, R/C, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**53. Deliberação n.º 247/2022 – Proposta n.º 175/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Travessa da Bombarralha, n.º 8, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**54. Deliberação n.º 248/2022 – Proposta n.º 176/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Vasco da Gama, n.ºs 72-74-76, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**55. Deliberação n.º 249/2022 – Proposta n.º 177/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Praceta Meia Laranja, n.º 10 – 3.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**56. Deliberação n.º 250/2022 – Proposta n.º 178/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Av. D. Pedro V, Lote 36A, 4.º A, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

57. Deliberação n.º 251/2022 – Proposta n.º 179/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 5.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

58. Deliberação n.º 252/2022 – Proposta n.º 180/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 1.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

59. Deliberação n.º 253/2022 – Proposta n.º 181/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Combatentes da Grande Guerra, n.º 13 – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

60. Deliberação n.º 254/2022 – Proposta n.º 182/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Cabo Verde, n.º 27A, 5.º C, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

61. Deliberação n.º 255/2022 – Proposta n.º 183/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Cabo Verde, n.º 27A, 4.º C, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

62. Deliberação n.º 256/2022 – Proposta n.º 184/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 – 4.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

63. Deliberação n.º 257/2022 – Proposta n.º 185/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Brasileira, n.ºs 65 e 67, 1.º, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

64. Deliberação n.º 258/2022 – Proposta n.º 186/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 2.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

65. Deliberação n.º 259/2022 – Proposta n.º 187/2022 - DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D. Pedro V, Lote 36A – 4.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**66. Deliberação n.º 260/2022 – Proposta n.º 188/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D.
Pedro V, Lote 36A – 3.º A, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**67. Deliberação n.º 261/2022 – Proposta n.º 189/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D.
Pedro V, Lote 36A – 5.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**68. Deliberação n.º 262/2022 – Proposta n.º 190/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. D.
Pedro V, Lote 36A – 4.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**69. Deliberação n.º 263/2022 – Proposta n.º 191/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
Eça de Queiroz, n.º 51 – 1.º Drt., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**70. Deliberação n.º 264/2022 – Proposta n.º 192/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Praceta Agostinho da Silva, n.º 9 - R/C Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**71. Deliberação n.º 265/2022 – Proposta n.º 193/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
Camilo Castelo Branco, n.ºs 62 e 64 – 2.º Frente, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**72. Deliberação n.º 266/2022 – Proposta n.º 194/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
Nossa Senhora do Amparo, n.º 16, 2.º D, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**73. Deliberação n.º 267/2022 – Proposta n.º 195/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
Minas da Borralha, Lote 10, 2.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**74. Deliberação n.º 268/2022 – Proposta n.º 196/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
Zófimo Ramos Luz, n.º 3 - R/C D, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 87, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**75. Deliberação n.º 269/2022 – Proposta n.º 197/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
das Águias, n.º 1 – 1.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

76. Deliberação n.º 270/2022 – Proposta n.º 198/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 13 - R/C Letra C, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 89, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

77. Deliberação n.º 271/2022 – Proposta n.º 199/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Sebastião da Gama, n.º 12, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

78. Deliberação n.º 272/2022 – Proposta n.º 200/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Professor Francisco Gentil, n.º 6 – 3.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 91, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

79. Deliberação n.º 273/2022 – Proposta n.º 201/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale do Grou, n.º 25, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

80. Deliberação n.º 274/2022 – Proposta n.º 202/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale do Grou, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 93, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

81. Deliberação n.º 275/2022 – Proposta n.º 203/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.ºs 13, 13A e 13B, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

82. Deliberação n.º 276/2022 – Proposta n.º 204/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Moinho, n.º 6 – 3.º C, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 95, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

83. Deliberação n.º 277/2022 – Proposta n.º 205/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gregório Lopes, n.º 19, 3.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 96, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

84. Deliberação n.º 278/2022 – Proposta n.º 206/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.º 4, 1.º, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 97, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

85. Deliberação n.º 279/2022 – Proposta n.º 208/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tristão da Cunha, n.º 5, Oleiros, em Azeitão

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 98, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**86. Deliberação n.º 280/2022 – Proposta n.º 209/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Avenida D. Pedro V, Lote 36, 6.º A, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 99, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**87. Deliberação n.º 281/2022 – Proposta n.º 210/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Avenida D. Pedro V, Lote 36A, 1.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**88. Deliberação n.º 282/2022 – Proposta n.º 211/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Avenida D. Pedro V, Lote 36A, 3.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 101, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**89. Deliberação n.º 283/2022 – Proposta n.º 212/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo
Francisco António Pinhão, n.º 8, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 102, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**90. Deliberação n.º 284/2022 – Proposta n.º 213/2022 - DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
General Gomes Freire, n.º 85 – 6.º E, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 103, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

91. Deliberação n.º 285/2022 – Proposta n.º 214/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 7 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 104, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

92. Deliberação n.º 286/2022 – Proposta n.º 215/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Major Pedroso Gamito, n.º 31, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 105, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

93. Deliberação n.º 287/2022 – Proposta n.º 216/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Castelo São Filipe, n.º 7 – 2.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

94. Deliberação n.º 288/2022 – Proposta n.º 217/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 176, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 107, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

95. Deliberação n.º 289/2022 – Proposta n.º 218/2022 - DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 24, 6.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

96. Deliberação n.º 290/2022 – Proposta n.º 219/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Álvaro Luz, n.ºs 13 e 15 - R/C, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 109, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

97. Deliberação n.º 291/2022 – Proposta n.º 220/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 158, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

98. Deliberação n.º 292/2022 – Proposta n.º 221/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal do Conde - Vale da Rasca, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 111, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

99. Deliberação n.º 293/2022 – Proposta n.º 222/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Constantino, n.º 73 – 5.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 112, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

100. Deliberação n.º 294/2022 – Proposta n.º 223/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 26 - R/C Dt., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 113, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

101. Deliberação n.º 295/2022 – Proposta n.º 224/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pessegueiros, n.º 208, 1.º Dt. – Quinta da Amizade, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 114, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

102. Deliberação n.º 296/2022 – Proposta n.º 225/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta D. Inês, Rua Gregório de Freitas, n.º 20, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 115, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

103. Deliberação n.º 297/2022 – Proposta n.º 226/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Ana de Castro Osório, n.º 32, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 116, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

104. Deliberação n.º 298/2022 – Proposta n.º 227/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Laranjeiras, Lote 67, R/C Frente, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 117, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**105. Deliberação n.º 299/2022 – Proposta n.º 228/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Estrada da Morgada, n.º 119 - Faralhão, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 118, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**106. Deliberação n.º 300/2022 – Proposta n.º 229/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
Dr. Henrique Constantino, Lote 73, Bairro Afonso Costa, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 119, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**107. Deliberação n.º 301/2022 – Proposta n.º 230/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
Oliveira Martins, n.º 15, 5.º Frente, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 120, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**108. Deliberação n.º 302/2022 – Proposta n.º 231/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av.
Alexandre Herculano, n.ºs 28, 28A, 30, 30A, 32, 32A e 34, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 121, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**109. Deliberação n.º 303/2022 – Proposta n.º 232/2022 - DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
Tristão da Cunha, n.º 2, em Azeitão**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 122, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

110. Deliberação n.º 304/2022 – Proposta n.º 233/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Afonso Paiva, n.º 7, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 123, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

111. Deliberação n.º 305/2022 – Proposta n.º 234/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pessegueiros, Lote 200, R/C B, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 124, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

112. Deliberação n.º 306/2022 – Proposta n.º 235/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça do Brasil, n.º 23, 4.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 125, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

113. Deliberação n.º 307/2022 – Proposta n.º 236/2022 - DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dom Paio Peres Correia, n.º 9, 3.º Dt., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 126, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

114. Deliberação n.º 308/2022 – Proposta n.º 237/2022 - DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso público para a prestação de serviços de segurança e vigilância privada no Moinho de Maré da Mourisca, no Forte de São Filipe e no Ecoparque do Outão, pelo período de 12 meses

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 127, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que a proposta tinha a ver com um concurso público para vigilância de várias obras que decorriam na cidade de Setúbal. A preocupação que

tinham - recordava-se bem, porque isso tinha sido muito discutido na Assembleia da República -, era que, naquele tipo de contratos, onde era feita uma transferência de pessoal ou uma transmissão de pessoal, se devia, ou não, constar no respetivo caderno de encargos que os trabalhadores se mantinham em funções mesmo havendo uma mudança nas empresas que iam exercer determinadas funções.

Perguntou se essa cláusula constava, ou não, no caderno de encargos, uma vez que não tinham tido acesso ao caderno de encargos, por dificuldades informáticas, que, infelizmente, aconteciam com alguma frequência com os computadores da Câmara.

Sr. Presidente – Perguntou ao Dr. Nelson Vieira se podia dar um esclarecimento sobre aquela questão.

Dr. Nelson Vieira – Disse que a abertura do procedimento já tinha ido àquele fórum. Naquela fase, aquilo que se propunha era uma retificação, porque os compromissos plurianuais que estavam considerados estavam nas formas de execução, constavam do orçamento, e o entendimento era que, então, não havia necessidade de também de serem colocados à Assembleia Municipal.

Se tinha percebido bem a questão colocada quanto ao caderno de encargos, todas as peças tinham estado naquele fórum na reunião anterior.

As questões da segurança e da limpeza, quando havia uma transição - não sendo ele da área e não sendo advogado -, estavam previstas na lei. A questão era acautelar os vigilantes que estavam ao serviço, mas isso derivava da própria lei, tanto na questão da segurança como da própria limpeza.

Em processos anteriores tinham feito um esforço para que essas questões estivessem acauteladas e que os vigilantes, se fosse esse o entendimento da nova entidade, pudessem ficar, mas era um concurso público que estava a decorrer.

O caderno de encargos tinha vindo à reunião anterior e o que se propunha era uma retificação dessa proposta e o não envio para a Assembleia Municipal.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que não vinha na lei. Isso tinha sido muito discutido e lembrava-se que, aquando da discussão do último orçamento, a Ministra do Trabalho e da Segurança Social tinha dito que seria despachado no sentido de que todos os cadernos de encargos deviam ter a menção de que, no caso de substituição de empresas, os postos de trabalho dos trabalhadores seriam assegurados, mantendo-os integralmente. Recordava-se perfeitamente dessa afirmação da Ministra do Trabalho e da Segurança Social, aquando da discussão do último orçamento. Portanto, confiava que isso estivesse assegurado nos respetivos documentos anexos.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era só para dizer que percebia perfeitamente aquilo que o Sr. Vereador Fernando Negrão estava a colocar, mas a situação estava ultrapassada pelas alterações ao Código do Trabalho. As recentes alterações ao Código do Trabalho tinham vindo, precisamente, densificar a legislação, no sentido de esclarecer essas situações que aconteciam no passado, que era as empresas que venciam os concursos não assumirem os trabalhadores. Essa situação, naquele momento, já não se colocava, porque a alteração que tinha sido aprovada no Código do Trabalho, as recentes alterações, esclareciam essas questões. Portanto, era uma questão que já não se colocava.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que não ia entrar numa discussão jurídica, mas discordava que as alterações ao Código do Trabalho tivessem contemplado essa situação e, por isso, lembrava-se bem da ministra do Governo dizer que deveria ficar contemplado e que faria uma portaria nesse sentido, de que, em todos os cadernos de encargos, seriam assegurados os postos de trabalho, não através da alteração da legislação laboral, mas, sim, através de uma portaria que obrigava a isso.

Sr. Presidente – Disse que compreendia das intervenções dos senhores vereadores que poderiam concluir que estariam salvaguardadas essas questões e, portanto, estariam em condições de votar a proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

115. Deliberação n.º 309/2022 – Proposta n.º 238/2022 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 128 a 131.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, normalmente, no que dizia respeito a alterações de despesa, tinham a posição da abstenção e era o que iriam, de novo, fazer, naquela proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PSD.

116. Deliberação n.º 310/2022 – Proposta n.º 245/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Auditoria Externa e Revisão Legal das Contas para o ano de 2021

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 132 a 134.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o Partido Socialista compreendia que o executivo em funções não poderia em tempo útil lançar concurso público para nomear o responsável pela certificação legal de contas do município. Esse procedimento deveria, aliás, ter sido lançado pelo executivo liderado pela antecessora do Sr. Presidente.

Era por isso, pela impossibilidade do executivo, em tempo, útil lançar o devido procedimento de concurso público que o Partido Socialista viabilizaria, com a sua abstenção, a proposta apresentada.

No entanto, não podiam deixar de realçar que o processo de certificação legal de contas do município se revestia de uma necessidade de isenção e imparcialidade que era imperiosa e que seria sempre mais bem defendida por um concurso público do que por qualquer ajuste direto ou consulta prévia.

O concurso público era, de facto, o procedimento que melhor protegia o município e o trabalho desenvolvido pelo responsável pela certificação legal de contas.

Tendo isso em consideração, e em tempo útil, o Partido Socialista não podia deixar de afirmar que, viabilizando a proposta, não aprovaria qualquer outro procedimento para a certificação legal de contas de 2022 e anos seguintes que não fosse o concurso público para a escolha da empresa que faria essa certificação.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria dar uma explicação da proposta e colocar, desde logo, o compromisso de que, aprovada a proposta, iriam, entretanto, tomar todas as medidas necessárias para, numa próxima reunião, trazer a proposta com o respetivo concurso público para a nomeação da auditoria externa e revisão legal de contas da Câmara Municipal de Setúbal.

Aquela opção tinha decorrido do facto de, entretanto, ter terminado o contrato anterior e terem chegado à conclusão de que não faria sentido estar a colocar a aprovação das contas de

2021 por uma nova entidade e envolvê-la no processo, ao lançar naquele momento o concurso.

Portanto, a opção tinha sido fazer um ajuste direto com quem tinha feito todo o processo de revisão legal de contas do município, que o fazia em resultado de um concurso público e não de uma adjudicação direta e, naturalmente, tomarem todas as providências para lançar um novo concurso público para os próximos exercícios terem a revisão de contas resultantes do revisor que ganhasse esse concurso público, como era hábito e como era a boa prática da casa.

Sr. Presidente – Disse que tinham sido feitos os esclarecimentos sobre a situação e que julgava que estavam em condições de colocar a proposta à votação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PSD.

117. Deliberação n.º 311/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DOM – Empreitada “AD 75/16 - Requalificação do Parque Escolar – 2.ª Fase” - Libertação da Garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 135 e 136, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

118. Deliberação n.º 312/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DOM – Empreitada “AD 50/09 - Pré-Escolar da Escola Básica do 1.º Ciclo – Gâmbia” – Auto de Receção Definitiva - Homologação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 137 e 138, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

119. Deliberação n.º 313/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DOM – Empreitada CP 40/16 - Obras de prevenção de cheias - Regularização do troço final da ribeira do livramento - Libertação da garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 139 e 140, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

120. Deliberação n.º 314/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DOM/GAGIAS – Atualização para o ano 2022 do Tarifário de Venda de Água, Saneamento e Outros Serviços e Revisão de Listagem de Preços Unitários para a Execução de Obras e Ramais – Ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 141 e 142, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

121. Deliberação n.º 315/2022 – Proposta n.º 86A/2021 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de construção de edifícios destinados a habitação, comércio e serviços bem como áreas exteriores de usufruto comum, designadamente: piscina lago e parque infantil - Processo n.º 9/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 143, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

122. Deliberação n.º 316/2022 – Proposta n.º 47/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 934/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 144 e 145, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

123. Deliberação n.º 317/2022 – Proposta n.º 48/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 7/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 146 e 147 não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

124. Deliberação n.º 318/2022 – Proposta n.º 49/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura: legalização e obras de alteração exterior - Processo n.º 408/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 148, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

125. Deliberação n.º 319/2022 – Proposta n.º 50/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de ampliação de moradia - Processo n.º 504/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 149, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

126. Deliberação n.º 320/2022 – Proposta n.º 51/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 34/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 150, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

127. Deliberação n.º 321/2022 – Proposta n.º 52/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, estacionamento e muro de vedação - Processo n.º 407/20

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 151, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

128. Deliberação n.º 322/2022 – Proposta n.º 53/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar - Processo n.º 300/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 152, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

129. Deliberação n.º 323/2022 – Proposta n.º 54/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura, para a alteração da uma fração de um edifício multifamiliar - Processo n.º 301/19

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 153, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

130. Deliberação n.º 324/2022 – Proposta n.º 55/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria realizada ao abrigo do artigo 65.º do RJUE - Processo n.º 3/96

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 154 e 155, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

131. Deliberação n.º 325/2022 – Proposta n.º 56/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção de moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação confinantes com a via pública - Processo n.º 389/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 156, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

132. Deliberação n.º 326/2022 – Proposta n.º 57/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de piscina - Processo n.º 248/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 157, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

133. Deliberação n.º 327/2022 – Proposta n.º 58/2022 – DURB/DIGU – Informação prévia desfavorável relativa à construção de um conjunto de edifícios destinados a habitação e comércio - Processo n.º 35/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 158, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

134. Deliberação n.º 328/2022 – Proposta n.º 59/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio - Processo n.º 211/87

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 159, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

135. Deliberação n.º 329/2022 – Proposta n.º 60/2022 – DURB/DIGU – Informação prévia desfavorável relativa a um empreendimento turístico - Processo n.º 45/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 160, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

136. Deliberação n.º 330/2022 – Proposta n.º 61/2022 – DURB/DIGU – Deferimento de licença para legalização de duas moradias, alpendres e anexos - Processo n.º 72/20

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 161, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

137. Deliberação n.º 331/2022 – Proposta n.º 62/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção para moradia unifamiliar e piscina - Processo n.º 272/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 162, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

138. Deliberação n.º 332/2022 – Proposta n.º 63/2022 – DURB/DIGU – Deferimento de licença para legalização de piscina, afeta a habitação - Processo n.º 282/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 163, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

139. Deliberação n.º 333/2022 – Proposta n.º 64/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura: legalização de operações urbanísticas e obras de alteração - Processo n.º 349/20

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 164, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

140. Deliberação n.º 334/2022 – Proposta n.º 65/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração/ampliação - Processo n.º 264/19

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 165, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

141. Deliberação n.º 335/2022 – Proposta n.º 66/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura – Obras de alteração de edifício - Processo n.º 290/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 166, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

142. Deliberação n.º 336/2022 – Proposta n.º 67/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação, alteração e ampliação de edifício de uso misto - Processo n.º 163/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 167, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

143. Deliberação n.º 337/2022 – Proposta n.º 68/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 189/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 168, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

144. Deliberação n.º 338/2022 – Proposta n.º 69/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria realizado ao abrigo do art.º 90.º do RJUE - Processo n.º 38/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 169 e 170, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

145. Deliberação n.º 339/2022 – Proposta n.º 70/2022 – DURB/GAPRU – Pedido de informação prévia sobre viabilidade de ampliação de cércea - Processo n.º 23/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 171, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

146. Deliberação n.º 340/2022 – Proposta n.º 71/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Legalização de alterações e alterações a efetuar e concessão de licença de construção - Processo n.º 32/18

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 172, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

147. Deliberação n.º 341/2022 – Proposta n.º 72/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º 387/19

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 173, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

148. Deliberação n.º 342/2022 – Proposta n.º 73/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 341/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 174, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

149. Deliberação n.º 343/2022 – Proposta n.º 74/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações executadas no decorrer de obra licenciada - Processo n.º 827/99

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 175, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

150. Deliberação n.º 344/2022 – Proposta n.º 75/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução e alteração do edifício habitacional - Processo n.º 115/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 176, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

151. Deliberação n.º 345/2022 – Proposta n.º 76/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – legalização de alterações em edifício de habitação plurifamiliar e concessão de licença - Processo n.º 529/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 177, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

152. Deliberação n.º 346/2022 – Proposta n.º 77/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 273/17

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 178, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

153. Deliberação n.º 347/2022 – Proposta n.º 78/2022 – DURB/DIMOT – Conversão a sentido único, da via sem nome de acesso às garagens da Praceta da Meia Laranja

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 179 e 180.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que a proposta dizia respeito à sinalização. Obviamente que não ia discorrer sobre a sinalização, mas bem sabiam todos a importância da sinalização na organização de uma cidade.

A questão que se colocava, porque lhes tinha chegado a informação através de várias pessoas, era que, a determinada altura, as pessoas contestavam as multas, dizendo que as sinalizações que lhes imputavam terem transgredido não tinham ido nem à reunião da Câmara, nem à Assembleia Municipal - principalmente, muitas delas não tinham ido à Assembleia Municipal - e tinha havido muitas absolvições com base no facto de não terem ido algumas delas à reunião da Câmara e outras às sessões da Assembleia Municipal.

Perguntou se era prática ou não, de quem tinha aquele pelouro e dos vereadores, trazer às reuniões da Câmara a matéria da sinalização, bem como à Assembleia Municipal, e deixava uma segunda pergunta, se existia um cadastro municipal dos sinais.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que, relativamente às questões da competência para a atribuição da organização do trânsito e da circulação automóvel e para a colocação dos

sinais era da Câmara Municipal. Portanto, ouviam previamente as juntas de freguesias onde se propunha a intervenção e traziam todas as alterações a deliberação da Câmara Municipal. Não era competência da Assembleia, segundo a informação que tinham.

O que acontecia em tempos - não sabia se podia ser essa a questão que o senhor vereador estava a colocar - era que, quando os sinais não tinham, a tardoz, um "carimbo" com a data da deliberação e a data da colocação, havia uma impugnação relativamente ao não cumprimento daquele sinal. Essa questão, naquele momento, já não se aplicava, o sinal já não tinha que ter esse dístico que garantia a sua viabilidade.

Relativamente ao cadastro, tinham-no de uma forma não tão organizada como gostariam. Era um trabalho que tinham em curso nos serviços de mobilidade, o cadastro de toda a sinalização colocada na cidade, inclusive a sinalização horizontal, mas era um trabalho moroso que tinha vindo a ser feito nos últimos anos, um trabalho que ainda não estava completamente concluído.

Sr. Presidente – Disse que queria também dizer que tinha tido a responsabilidade, durante vários anos, daquele setor e que se lembrava que, sempre que os serviços elaboravam ou propunham alguma alteração, vinha a proposta à reunião da Câmara. O que podia acontecer era essas situações serem ainda anteriores e que os sinais existissem nas ruas havia muitos anos. Portanto, podia acontecer que alguns desses sinais, de facto, não tivessem e, eventualmente, o mesmo sinal, até por degradação, podia ter sido substituído sem que tivesse vindo proposta à reunião da Câmara, porque, no fundo, era substituir o mesmo sinal que lá estava. Isso podia ter acontecido e, portanto, gerado essas situações.

Desde que se lembrava, todas as propostas de alterações, que, muitas vezes, decorriam exatamente do facto de munícipes se dirigirem à Câmara Municipal a dizer que faltava um sinal ou que não estava bem clara a situação, os serviços estudavam. Tinham uma equipa técnica qualificada nessa área. Os serviços estudavam, avaliavam, davam resposta aos munícipes, e, quando era caso disso, traziam propostas à reunião da Câmara.

Essa situação era uma situação que já existia havia bastantes anos, mas isso não queria dizer que não continuasse a haver situações que, eventualmente, precisassem de atualização, mas isso era uma situação - como a senhora vereadora tinha dito - que era um pouco de andar para trás e ir fazer a intervenção nessas situações em que os sinais existiam lá havia muito tempo, não se tinham degradado e, portanto, permaneciam ainda aqueles sinais que lá tinham sido colocados havia muitos anos. Eram situações que haveriam de ser revertidas e era nisso, também, que estavam a trabalhar os serviços.

De qualquer forma, agradecia ao senhor vereador, por ter chamado a atenção para essas situações e, assim, poderem todos contribuir para um melhor serviço às populações.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

154. Deliberação n.º 348/2022 – Proposta n.º 79/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de contrato de urbanização - Processo n.º 428/19

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 181 a 184.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que já tinha falado com a senhora vereadora, mas gostaria de colocar aquele ponto de uma forma pública, porque era demasiado delicado para não terem a certeza das coisas.

Aquele ponto referia-se a obras no domínio público e as obras no domínio público tinham que assentar sempre num instrumento jurídico e, por norma, o instrumento jurídico que dizia respeito às obras era a contratação pública.

O que reparava e constatava era que não havia nenhum instrumento jurídico que sustentasse aquelas obras, nem sequer um ajuste direto.

Portanto, perguntou qual era a forma jurídica que assumia aquela obra e, não se sustentando num instrumento jurídico, como é que era possível fazer-se não uma redução, mas uma isenção total do pagamento das taxas. Eram essas as duas dúvidas que tinham.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que estava em causa um contrato de urbanização que resultava de uma sobrecarga nas infraestruturas resultante de uma operação urbanística em concreto. Os contratos de urbanização, nos termos do RJUE – havia pouco tinha estado a confirmar, tinha-lhe dito o artigo errado -, do artigo 25.º e não do artigo 54.º, eram sempre intervenções em espaço público no qual era precisa uma beneficiação em resultado daquela operação urbanística. Essa era uma questão.

Portanto, a previsão legal era nos termos do RJUE, o artigo 25º. Não diria que era a única, porque podia estar a ser excessiva, mas, do que conhecia, era das únicas exceções ao Código de Contratação Pública.

A segunda questão era que não estava em causa uma redução da TRIU mas uma isenção. Não era uma isenção, nem mesmo uma redução, era um pagamento da TRIU, da taxa, em género, em obra. Era a previsão e era a consequência daquele contrato. Portanto, a Câmara recebia essa taxa em execução de obra, não havia uma isenção relativamente àquilo que era a obrigação do promotor.

Tratava-se de projetos que, obviamente, eram acompanhados pela Câmara, que tinha um projeto que era verificado pelos serviços municipais e por todas as entidades que se deviam pronunciar, se fosse caso disso - a concessionária Águas do Sado, a EDP, o que fosse aplicável. Era apresentado um projeto que era verificado pelos serviços do Departamento de Obras Municipais e era apresentado um mapa de medições e custos associados à intervenção verificado pelos serviços, para comprovar que, efetivamente, a obra tinha determinado custo, sendo que era paga pela Câmara.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Perguntou qual era o instrumento jurídico.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que era o artigo 25.º do RJUE.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Perguntou se era só isso.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Confirmou que era só o artigo 25.º do RJUE, que previa que, quando estivesse em causa a necessidade de reforço da intervenção pública podia ser feito um contrato de urbanização, a deduzir nas taxas pelo valor da dimensão da intervenção que estivesse em causa. O instrumento era um contrato de urbanização, como previa o RJUE.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Perguntou quem é que fazia a fiscalização.

Sra. Vereador Rita Carvalho – Disse que a fiscalização da obra pública era feita pelos serviços municipais e pelas entidades competentes, se fosse caso disso.

Sr. Presidente – Disse que queria dizer ao Sr. Vereador Fernando Negrão que muita da qualificação de obra e de obra feita em Setúbal tinha a ver com o recorrer exatamente a esses processos dos contratos de urbanização. Muita da qualificação da obra que tinha sido feita em Setúbal, e com resultados muito positivos para todos, tinha a ver com o facto de recorrerem aos contratos de urbanização.

Daí terem tido a oportunidade de realizar obras de tão grande envergadura, que tinham sido realizadas em bom tempo, porque, se tivessem de recorrer a todos os procedimentos fora dos contratos de urbanização, naturalmente que essas obras levariam mais alguns anos a serem executadas.

Era preciso dizer que, dessa forma, a Câmara Municipal tinha prescindido de receber as taxas urbanísticas, mas com efeitos extremamente positivos para o bem público, porque tinham um efeito muito mais imediato do que se a Câmara Municipal arrecadasse as taxas, no ano seguinte lançasse os concursos, e, no ano a seguir, eventualmente, fizesse as obras. Portanto, tinha sido uma forma legal de conseguirem desenvolver e qualificar o território. Certamente, noutros momentos, noutras alturas, as câmaras municipais preferiam receber as taxas urbanísticas, e, assim, poderiam ter opções diversas, mas tinham aproveitado sempre, quando se tratava de obras de urbanização mais significativas, para recorrer a essa possibilidade para qualificar o território.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PSD.

O Sr. Presidente colocou à votação as propostas do ponto 1 ao ponto 113 e do ponto 117 ao ponto 152 da ordem de trabalhos, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. David Saavedra – Disse que agradecia a oportunidade de expor um caso. Não sabia se era o momento mais oportuno, mas tinha sido a oportunidade que tinha conseguido para falar com o presidente e os demais presentes ouvirem, porque já tinha tentado vários meios e não tinha conseguido. Vinha expor, para ver se conseguia obter alguma resposta.

Tinha uma habitação social em Pombal, distrito de Leiria. Tinha concorrido e tinha-lhe sido atribuída uma habitação social, no mandato do Sr. Presidente Diogo Mateus. Tinham-lhe oferecido essa casa, essa habitação, num bairro de etnia cigana.

Tinha estado lá um ano. Aquilo era tudo família e ele não era de lá. Tinha casado e tinha ido para o pé dos seus sogros. Tinha concorrido e tinham visto, pelo critério, que necessitava. Se estava a concorrer era porque necessitava. Mas não gostavam muito dele e tinha sido apedrejado e tinha sido maltratado, tanto verbalmente como fisicamente. Tinha sido ameaçado e tinham-lhe destruído a habitação.

Como era pai e tinha um filho de 7 anos, tinha visto que aquilo não era o melhor para ele e tinha vindo para o pé da sua mãe, que morava em Setúbal. Havia dois anos que estava na casa dela e tentava correr meios para perceber o que é que podia fazer, se, eventualmente, podia pedir uma transferência ou que o seu nome fosse “limpo”, para que pudesse concorrer outra vez a uma habitação social, porque não tinha meios para comprar uma casa.

Não conseguia obter essa resposta. Tinha querido fazer uma marcação com o Presidente e tinham-lhe dito: *“Como tu não estás aqui inscrito, a gente não pode fazer uma marcação.”*

Tinha respondido: *“OK!”*, tinha-se ido informar e tinha perguntado: *“Então, como é que eu posso mostrar o meu caso ao Sr. Presidente e aos demais, para me tentarem dar uma resposta acerca do que podia fazer?”* Já tinha participado na Câmara, o Sr. Diogo Mateus já lhe tinha mandado um e-mail para apresentar queixa, porque eles estavam a par da situação que essa habitação ainda estava no seu nome. Não a estavam a dar a ninguém, porque lhe estavam a dar uma oportunidade para poder resolver a situação, mas não tinha meios para resolver a situação nem sabia como resolver a situação.

A sua mulher era doente, tinha as plaquetas baixas, e o seu filho tinha 7 anos. Qualquer um, quando casava, queria o seu bem-estar. Queria que o seu miúdo se estabelecesse num sítio em que não tivesse que estar perturbado e tivesse um crescimento fértil e tivesse a sua educação, como ele tinha tido e os seus pais tinham tido, graças a Deus. Assim não dava. Na casa da sua mãe eram mais 3 irmãos na mesma casa, mais a sua mulher doente. Era só ele a trabalhar e não tinha ajudas do Estado nem tinha ajudas da Segurança Social. Era um bocado complicado para alugar casa aos preços exorbitantes que estavam.

Vinha aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, perceber o que podia fazer ou em que meios podia mexer, tendo em conta que tinha ameaças. Tinha fotos e tinha imagens de agressões verbais e físicas, destruição de casa, casa a arder e ameaças ao seu filho.

Sr. Presidente – Perguntou ao Sr. David se já tinha falado com os serviços da Câmara Municipal sobre isso.

Sr. David Saavedra – Disse que já tinha falado. Tinham-lhe dito que tinha que marcar com o Presidente, mas, depois, tinham dito que não podiam marcar porque não estava inscrito e não podia fazer uma inscrição, tendo em conta que tinha uma casa social. Se fosse fazer uma inscrição iam ao computador e respondiam-lhe: “Mas, Sr. David, você tem aqui uma casa, como é que você se quer inscrever?” Não sabia se se estava a fazer entender, mas o presidente tinha-lhe dado um tempo, a vereadora também lhe tinha dado um tempo e a coordenadora também percebia, porque tinha sido sempre trabalhador, graças a Deus. Vinha de uma família que trabalhava, que era educada e dava graças de Deus por isso. Eram sete irmãos e os seus pais tinham dado uma educação igual a todos. Sempre tinha trabalhado. O comissário da PSP tinha uma carpintaria e tinha trabalhado sempre para ele. Sempre tinha sustentado a sua casa assim e eles tinham-no visto sempre como uma pessoa de bem, graças a Deus. Por isso, estavam a dar-lhe essa oportunidade, para que conseguisse encaixar uma maneira. Eles também o estavam a ajudar, por fax ou e-mail, para que conseguisse fazer o possível.

Sr. Presidente – Disse que, depois, o município veria isso com o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, mas não era fácil. Certamente teria conhecimento disso, mas podia ser que encontrassem algum caminho.

Sr. David Saavedra – Disse que talvez pudesse haver um meio que permitisse resolver a questão, mas sabia que não era fácil. Nos tempos que corriam era complicado e não havia habitações do dia para a noite, mas só queria resolver o seu caso. Não queria ficar a dever nem com o nome sujo. Não sabia se o estavam a entender. Estava há dois anos fora de casa e estava a pagar renda, estava a pagar água e estava a pagar luz.

Sr. Presidente – Disse que o município, depois, falava com o senhor vereador, para verem como é que poderia ser. Agradecia-lhe por ter vindo apresentar o caso à Câmara Municipal. Quando as pessoas tinham dificuldades que não conseguiam resolver, vir à Câmara Municipal era sempre uma boa forma de procurar encontrar uma solução. Não resolviam todos os problemas, porque, normalmente, quando os problemas apareciam ali era porque eram complicados, mas era um esforço a que todos estavam sujeitos e obrigados a fazer.

Sra. D. Maria da Assunção Campina – Disse que tinha um problema muito grande por causa do estacionamento na Avenida dos Combatentes.

Era residente na Rua de Fran Pacheco n.º 75, quase em frente à Casa das Quatro Cabeças. Há uns anos tinha feito um contrato com a Câmara, e tinha-lhe sido dado um dístico azul. Quando renovou o contrato não foi com a Câmara, mas com uma empresa. Essa empresa aceitou os papéis da sua residência, passou-lhe o dístico, mas deixou de poder estacionar na Avenida dos Combatentes. Passou a ter que estacionar ao pé da Pousada da Juventude, no Parque José Afonso, ou perto da esplanada Laranja e da esplanada Limão. Perto da sua residência existiam dois parques de estacionamento, o dos Combatentes e o da Avenida que era perto do mercado.

Era uma pessoa de idade com problemas de saúde. Tinha feito uma operação à coluna, à L3, à L4 e à L5, mas continuava com problemas. A qualquer hora da noite precisava de ir ao hospital, devido aos problemas de saúde que tinha, e era complicado, sair da sua casa, na Rua Fran Pacheco, atravessar à avenida para ir buscar a sua viatura ao Parque José Afonso. Tinha a agravante de ser cuidadora informal da sua mãe. A sua mãe tinha alzheimer, muito

avançado. Quase todos os meses, tinha que chamar a ambulância, a qualquer hora, para levar a sua mãe ao hospital, mas só podia ir o paciente na ambulância, o familiar não. Tinha que ir buscar o seu carro e ir atrás da ambulância para poder dar apoio à sua mãe.

Tinha o cartão de cuidadora informal. Questionou se o cuidador informal não tinha direitos. Disse que tinham “*enxotado os velhos todos daí*”. Tinham sido todos “*enxotados para o canto*”. Não queriam saber da situação das pessoas de idade. A cidade de Setúbal tinha muitas pessoas idosas. Achava que pelo menos a Câmara, se devia preocupar um bocadinho com os seus idosos e não era isso que se estava a passar. Tinham sido “*enxotados*” dos Combatentes.

Tinha a sua mãe naquele estado, tinha problemas de saúde e não era jovem, ia a caminho de 70 anos, não sabia onde recorrer mais. Tinha apresentado uma reclamação, no sítio onde tinha entregue os papéis, tinham invocado artigos e códigos. Não tinha direitos, só tinha obrigações. Enviou um email, ao Dr. Luís de Sousa, ao dono da empresa que explorava o estacionamento. Até à presente data não obteve resposta, o senhor ignorou-a por completo.

Tinha ido ali ver se conseguia alguma coisa. Tinha o carro estacionado nos Combatentes, mas tinham-lhe dito que não podia ter ali o carro estacionado porque a iriam multar.

Questionou se com aquela idade ia atravessar o Parque José Afonso, de noite, para ir buscar o seu carro, por causa do problema grande da sua mãe, tinha o cartão de cuidadora.

Naquele dia tinha recebido uma agente do tribunal, para ver a sua mãe e confirmar os seus problemas de saúde. Tinham ido fiscalizar e confirmar se teria direito ao cartão de cuidadora.

Sr. Presidente – Disse que a senhora Vereadora Rita Carvalho tinha a responsabilidade das questões da mobilidade. Não sabia se a senhora vereadora tinha alguma questão que pudesse ajudar naquela situação. Se não pudesse indicaria onde é que a senhora se deveria dirigir para avaliarem a situação.

Não sabia em relação ao cartão de cuidador informal, como é que nos regulamentos municipais ...

Sra. D. Maria da Assunção Campina – Disse que era só cartão.

Sr. Presidente – Disse que às vezes apareciam situações novas relativamente aos regulamentos que existiam. Portanto, tinham que equacionar aquela situação.

Sra. D. Maria da Assunção Campina – Disse que era de lamentar, havia dois parques de estacionamento e a sua rua ficava no meio desses parques. Morava na rua principal, na Rua Fran Pacheco, a rua das Quatro Cabeças. Tinha estacionamento nos Combatentes e na Avenida Luísa Todi, mesmo ao pé do Menta Fresca, eram muito perto e tinha sido empurrada para o Parque José Afonso. A meio da noite precisava de transporte, e aquilo era uma zona de bares e de conflitos.

Sr. Presidente – Disse que agradecia a exposição feita. Todos tinham ficado com a ideia da situação.

Disse que a senhora Vereadora iria falar com a Sra. D. Maria da Assunção, para ver como é que iriam enquadrar aquela situação.

Quase de certeza que o regulamento municipal não contemplava aquelas situações. Tinham de ver, eram situações novas.

Sra. D. Maria da Assunção Campina – Disse que tinha sido o último sítio que tinha encontrado tinha sido ir ali. Se não conseguisse nada tinha que ir para os órgãos de comunicação social e expor o seu problema. Porque a Câmara não estava a olhar pelos seus velhos.

Já tinha uma certa idade, tinha problemas de saúde, e tinha a sua mãe com alzheimer muito avançado.

Agradeceu e pediu desculpa se tinha empregado alguma palavra brejeira.

Sr. Presidente – Disse que tinha ido defender os seus direitos.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que tinham que verificar, porque com certeza haveria um erro de interpretação que a empresa concessionária estava a fazer. Tendo aquela residência, obviamente, que a zona de estacionamento seria na bolsa de estacionamento mais próxima. Ia ficar com os dados para verificar, e depois entraria em contacto.

Sra. D. Maria Amélia Rocha – Disse que já era um bocadinho conhecida. Pediu, novamente uma habitação social porque não estava confortável. A casa não era confortável, era a que podia pagar mediante a renda que tinha, em qualquer altura podia entrar um carro pela porta da casa, ou uma pessoa. A rua não era confortável, estacionavam os carros de qualquer maneira.

Sr. Presidente – Questionou qual era a rua onde a senhora morava.

Sra. D. Maria Amélia Rocha – Respondeu que era na Rua João Eloy do Amaral. Disse que a casa não tinha condições, mas tinha sido a única coisa que tinha arranjado e que podia pagar. Ninguém a ajudava. Queria saber se havia alguma hipótese de lhe arranjar uma casa com uma renda social. Tinha o estatuto de vítima, era sozinha.

Sr. Presidente – Disse que depois da reunião, se não se importasse, falaria com o senhor vereador, para ver se haveria alguma possibilidade de resolverem aquela situação.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e quarenta e seis minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 15 de junho de 2022, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 64 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio